

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - COMISSÃO DE GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Conservação do bugio-ruivo no extremo-sul de Porto Alegre: vínculos afetivos e relações socioambientais entre a comunidade local e a Reserva Biológica do Lami

Júlia Gomes Ilha

**Porto Alegre
2021**

JÚLIA GOMES ILHA

Conservação do bugio-ruivo no extremo-sul de Porto Alegre: vínculos afetivos e relações socioambientais entre a comunidade local e a Reserva Biológica do Lami

Monografia apresentada à Comissão de Graduação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Zimmermann
Teixeira

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Heloisa Junqueira

**Porto Alegre
2021**

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e meu pai, Marta e Flávio, pelos anos todos de carinho e afeto, por estarem presentes, me apoiarem e acreditarem nos meus sonhos.

Ao meu irmão João, por compartilhar comigo o dia a dia e estar sempre disposto a me ajudar.

Ao meu namorado Lucas, por deixar os dias mais leves quando precisavam ser, sem deixar de me incentivar quando preciso.

Às minhas amigas Laura e Vic, essenciais nessa caminhada, por dividirem comigo não só o sonho da profissão, mas também os sonhos da vida. Não consigo imaginar tudo isso sem vocês.

Às amigas Ju Kuse, Ju Soko e Anaju, pelos afetos, aprendizagens, inspirações e desabafos de longos anos de graduação.

Às incríveis mulheres pesquisadoras, cientistas e educadoras que traçaram meu caminho comigo:

À Márcia, por ter me recebido de braços abertos na Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, por me apresentar um mundo novo na Biologia e por compartilhar o amor pelos macacos e pela conservação da biodiversidade.

À Helô, por ser essa mulher genial, que acolheu o meu desejo de ultrapassar as fronteiras da Biologia, por me mostrar a educação com outros olhos e por enxergar o detalhe em cada palavra dita.

À Fernandinha, por topa o desafio de me orientar nesse percurso, por aceitar e tornar possível esse projeto e pela dedicação em realizar um trabalho qualificado.

Aos colegas do Programa Macacos Urbanos, pelos 27 anos de realização de um trabalho excepcional de conservação dos bugios-ruivos, por me deixarem honrar um legado de luta em pesquisa, extensão e políticas públicas.

A todos os moradores e moradoras do Lami, por receberem tão bem o Programa Macacos Urbanos no bairro e por toparem compartilhar as experiências diárias de conservação dos bugios.

A todos os funcionários da Reserva Biológica do Lami, pela receptividade e parceria na luta ambientalista, em especial à Maria Carmen, por exercer um excelente trabalho como gestora em um lugar tão especial como o Lami.

À Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e seus funcionários, em especial ao querido fotógrafo e técnico ambiental, Mariano, pelos registros fantásticos dos bugios e pela parceria em campo.

A todos aqueles que, apesar dos tropeços, lutam incansavelmente por um mundo mais justo e livre de exploração. À Chico Mendes e todo o seu legado.

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem”

- Chico Mendes

De ossos e Sol, não de vida, se faz o Tempo.
Porque a Vida é feita contra o Tempo. Sem
medida, tecida de ínfimos infinitos.

- Mia Couto

RESUMO

Natureza e sociedade são conceitos cada vez mais interligados. O movimento socioambientalista brasileiro vem crescendo desde meados da década de 1970, pautando a necessidade de um olhar social para as questões ambientais e vice-versa. Em Porto Alegre/RS, no final dos anos 90, o socioambientalismo cresceu de modo significativo no contexto da capital, sendo acompanhado por outros movimentos sociais. Nesse mesmo momento, o primeiro Plano de Manejo Participativo brasileiro foi posto em prática na Reserva Biológica do Lami, no extremo-sul de Porto Alegre. Atualmente, o bairro Lami apresenta parte dos remanescentes florestais mais preservados da cidade, estando presentes espécies de fauna e flora ameaçadas, sendo uma delas o foco dessa pesquisa: o bugio-ruivo. A investigação fundamentou-se na concepção de educação para conservação, que considera as necessidades, os interesses, a participação e o envolvimento das comunidades locais na conservação dos ambientes. A pesquisa objetivou investigar as relações ambientais estabelecidas pelos moradores no bairro Lami, focando em possíveis vínculos com a Reserva Biológica do Lami e com as ações de conservação dos bugios-ruivos, buscando aproximar-se das percepções dos moradores sobre a luta ambiental local e dos possíveis interesses da comunidade em estreitar os laços socioambientais na região. Inicialmente, foram aplicados questionários virtuais com 47 moradores da região a fim de mapear os moradores sensibilizados à temática ambiental e suas características singulares. Com esses resultados, definiu-se uma subamostra aleatória de 31,9% da anterior e, com estes sujeitos, 15 entrevistas semiestruturadas foram realizadas. A partir desta pesquisa, buscou-se identificar necessidades e desejos da comunidade em relação ao ambiente em que vivem, analisando e incentivando o processo de construção da autonomia para organização coletiva e ações de conservação entre os moradores locais. Os resultados demonstraram a importância da natureza da região para os participantes e a positiva relação dos moradores com os bugios, evidenciando a potencialidade de práticas conservacionistas participativas. Destacou-se também o desejo de mais interação com a Reserva Biológica do Lami, assim como o interesse de maior organização entre a comunidade para suprir as necessidades do bairro.

Palavras-chave

Socioambientalismo, bugio-ruivo, Unidade de Conservação, conservação participativa.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 A indissociabilidade sociedade-natureza: por um socioambientalismo para a conservação da biodiversidade.....	8
1.2 O socioambientalismo gaúcho e sua relação com o Programa Macacos Urbanos.....	10
1.3 Educação Ambiental: de qual educação estamos falando?	13
1.4 Breve histórico da comunidade do bairro Lami: relações e vínculos afetivos na região.....	16
1.5 Moradores do Lami, Reserva Biológica e o Programa Macacos Urbanos: quais são as atuais relações de trabalho?	17
2 OBJETIVOS.....	20
3 METODOLOGIA	21
3.1 O bairro Lami.....	21
3.2 Coleta de dados.....	22
3.3 Análise de dados.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 Perfil dos moradores.....	26
4.2 Representações dos moradores sobre seu entorno.....	28
4.2.1 Categoria Vínculos Afetivos.....	29
4.2.2 Categoria Reserva Biológica do Lami.....	33
4.2.3 Categoria Socioambientalismo.....	37
4.2.4 Categoria Representações do Bairro.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
CLEPEI - Comissão de Efetivação do Parque Estadual de Itapuã
DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EA – Educação Ambiental
FCC – Farmácia Caseira Comunitária
FUPALA - Fundação de Proteção ao Ambiente Natural do Lami
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
MOVA – Movimento Alfabetização de Jovens Adultos
OP – Orçamento Participativo
PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PEI – Parque Estadual de Itapuã
PMP – Plano de Manejo Participativo
PMU – Programa Macacos Urbanos
RBL – Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura
SMURB – Secretaria Municipal de Urbanismo
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
UFRGS –Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO

A indissociabilidade sociedade-natureza: por um socioambientalismo para a conservação da biodiversidade

A relação sociedade-natureza e a necessidade de interdisciplinaridade nesse debate vêm expondo algumas limitações da ciência na modernidade ocidental. A rigidez da ciência moderna pode configurar um grande obstáculo para um conhecimento profundo e verdadeiro do mundo social e natural (CIDADE, 2001). Para um bom entendimento das questões ambientais na atualidade, é difícil abster-se de contextos políticos, econômicos, históricos e culturais. Ao longo de cada época da história, diferentes concepções de natureza emergiram de acordo com os sistemas teóricos predominantes (CIDADE, 2001). Muitas dessas visões influenciam até hoje na relação estabelecida entre natureza e sociedade, e costumeiramente constituem um dualismo entre o natural e o social. Por outro lado, autores discorrem sobre a indissociabilidade dos dois campos, como o conceituado antropólogo Bruno Latour (1994), que em sua obra *Jamais Fomos Modernos* expõe o conceito de sociedade híbrida, onde não existiria a pura natureza ou a pura sociedade, e sim barreiras fluidas entre ambos.

A raiz da sociologia ambiental, delineada no Brasil a partir da década de 1970, constata que a natureza e a sociedade devem ser analisadas de forma interligada (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014). A questões ambientais no Brasil sofreram, portanto, uma transformação, adentrando o campo das ciências sociais, e pautando, por exemplo, temáticas urbanas, processos de marginalização social e conflitos territoriais (SOUZA, 2017). Diversas perspectivas teóricas demonstram a plasticidade, a permeabilidade e até mesmo a vitalidade do campo socioambiental (ALONSO; COSTA, 2002). Para Santilli (2005), o socioambientalismo:

(...) foi construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental. (SANTILLI, 2005, p. 34)

Diversos autores afirmam a importância do papel das pessoas e de suas culturas para a efetividade da conservação da biodiversidade (ESCOBAR; PARDO, 2005; SANTILLI, 2005;

LEFF, 2015; NODARI; NODARI; FRANCO, 2016). Os sujeitos da questão ambiental se afirmam por meio de sua existência coletiva, e trazem consigo politizações da vida cotidiana e a complexidade de elementos identitários para o campo da significação da questão ambiental (ALMEIDA, 2004).

Em contrapartida, pode-se dizer que a concepção preservacionista da natureza no campo das ciências biológicas ainda é predominante, enfatizando “a autonomia da natureza selvagem, seu aspecto indomado e sublime” (FRANCO, 2013), e idealizando a intocabilidade natural como pressuposto para a preservação. Somente a partir da década de 1970 o desenvolvimento de ações de conservação no Brasil avançou, contando com o importante papel inicial da conservação dos primatas principiado por Coimbra-Filho¹ (MITTERMEIER *et al.*, 2005). A biologia da conservação vem, então, ganhando espaço e tornando-se o “grande fórum de debate sobre as questões relacionadas com a destruição de habitats e a extinção de espécies” (FRANCO, 2013), englobando não apenas o mundo biológico, mas também “o mundo real”, inserindo-se no contexto socioambiental.

A biologia da conservação acaba por se embrenhar no campo da ética, da filosofia, da economia e das ciências sociais. Ela amplia o âmbito das preocupações com a conservação, atribuindo “cidadania” a ecossistemas e espécies pouco carismáticos. Se mostra sensível às diferenças culturais e às necessidades dos mais variados grupos sociais. Mas, sobretudo, ela se insere em uma tradição de valorização do caráter transcendente do patrimônio natural, ou seja, ela comunga da percepção de que a natureza tem um valor intrínseco. (FRANCO, 2013, p. 22)

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação² (SNUC), instituído em julho de 2000 (BRASIL, 2000), foi um grande marco para a conservação no Brasil e passou por diversas negociações para ser aprovado, entre elas a tentativa de consenso entre ambientalistas “preservacionistas” e “socioambientalistas”. De acordo com Mercadante (2001), as propostas apresentadas penderam, no fim das contas, para o lado preservacionista. Ao fim das negociações, a ala socioambientalista reconheceu que, apesar de que o texto aprovado na Câmara estivesse longe do ideal, apresentava avanços e merecia aprovação (MERCADANTE,

¹ Ademar Coimbra-Filho (1924-2016) foi um dos principais conservacionistas do país. Primatólogo brasileiro, lutou incessantemente contra a extinção do mico-leão-dourado e foi idealizador do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ) criado em 1975.

² Lei 9985/00, instituída em julho de 2000, configurando uma Unidade de Conservação como um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000). De acordo com a Lei, as UCs se dividiriam em dois grupos: as unidades de proteção integral, com leis mais restritivas permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais (caso da RBL) e as de uso sustentável.

2001). As UCs, para além do conceito de “ilhas de vida selvagem deslocadas de seus contextos locais”, representam um universo maior, um meio rural repleto de multiplicidade de grupos sociais, com interesses e práticas concorrentes e estreitamente relacionados (FLEURY; ALMEIDA, 2010), mas o SNUC dá brecha para o apagamento desses contextos locais de acordo com a categoria em que a UC se enquadra. Portanto, a criação do SNUC, apesar de apresentar significativa importância para a conservação brasileira, já nasceu abarcando conflitos e divergências, os quais muitos ainda perduram nos dias de hoje.

O socioambientalismo gaúcho e sua relação com o Programa Macacos Urbanos

No Rio Grande do Sul, o ambientalismo também enfrentou e enfrenta debates acerca do preservacionismo e do socioambientalismo. O fim da década de 1990 representou um importante marco na guinada de movimentos sociais em Porto Alegre, abrigando espaços de discussões e fóruns que posteriormente serviriam de modelo para cidades ao redor do mundo. A presença do Fórum Social Mundial no início dos anos 2000, por exemplo, deu visibilidade internacional à cidade e abriu espaço para novas percepções sociais, ambientais, culturais, econômicas e políticas. A dissertação de Souza (2017), em busca da gênese do socioambientalismo no Rio Grande do Sul, reconhece Rodrigo Cambará Printes como o precursor da implementação do socioambientalismo gaúcho. Cambará, além de ser integrante-fundador do Programa Macacos Urbanos (PMU), foi responsável pelo primeiro Plano de Manejo Participativo (PMP) do Brasil enquanto ocupava o cargo de gestor da Reserva Biológica do Lami (RBL) entre os anos de 1999 a 2003.

Nesse momento, Printes inicia uma gestão inovadora para uma Unidade de Conservação, pois realizou o primeiro Plano de Manejo Participativo do Brasil. A elaboração desse Plano aconteceu num período de ascensão dos movimentos sociais em Porto Alegre, de afirmação de visões que valorizavam a agenda social em detrimento da econômica, conferindo importância à implementação do Orçamento Participativo e à realização do Fórum Social Mundial (SERVIDOR ICMBio, 2016). A construção desse Plano representa uma luta ideológica ancorada numa visão socioambiental (SOUZA, 2017, p. 124).

O PMP foi elaborado em 2002 com a presença da comunidade em diversas reuniões através da Metodologia de Consenso (PORTO ALEGRE, 2002). O contato da gestão da RBL com a comunidade permitiu uma maior aproximação entre ambos, implicando na consciência sobre a importância da conservação da natureza (SOUZA, 2017). Embora a RBL seja uma

Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral³, ela está situada na periferia de Porto Alegre, sendo necessária a proximidade e o diálogo comunitário, fato este que se mostrou viável e eficaz na gestão de Cambará.

Para a realização do PMP, participaram representantes da Associação Comunitária do Bairro do Lami, Colônia de Pescadores Z4 e Associação dos Produtores Ecologistas do Lami. Também participaram os órgãos governamentais: Secretaria do Meio Ambiente, atual Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) e Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS); membros da comunidade incluindo pescadores e representantes da Farmácia Caseira Comunitária⁴ do Lami (FCC), ONG Amigos da Terra e Comissão de Efetivação do Parque Estadual de Itapuã (CLEPEI), além de universidades e grupos de pesquisa (UFRGS, PMU) (BAPTISTA *et al.*, 2013). A execução do PMP foi positiva para a região, e enfatizou a participação da comunidade na própria fiscalização das decisões tomadas coletivamente (SOUZA, 2017).

(...) tornando-se um exemplo positivo de gestão socioambiental nas Unidades de Conservação e demonstrando a importância de se construírem os acordos previstos no Plano de Manejo juntamente com a comunidade. Podemos concluir que os órgãos ambientais devem estar abertos ao diálogo e não apenas comunicar as decisões já definidas, visto que, quando se chega a um consenso e se firma um acordo de manejo participativo, a própria comunidade ajuda a fiscalizar o seu cumprimento. (SOUZA, 2017, p. 127 e 128)

No mesmo momento de expansão cultural e política da capital gaúcha, o PMU, um grupo de pesquisa e extensão em conservação de primatas, foi criado em 1993 na UFRGS em Porto Alegre. Ele era composto por estudantes, docentes e profissionais de diversas áreas interessados em investigar as condições dos bugios-ruivos (*Alouatta guariba clamitans*), espécie endêmica da Mata Atlântica e em risco de extinção no Rio Grande do Sul. O objetivo inicial do PMU era identificar as áreas de ocorrência do primata no município, bem como as condições de seu habitat (BUSS *et al.*, 2007). A distribuição indicou a existência de uma

³ A categoria de Proteção Integral para UCs não prevê, em sua definição, visitação pública, exceto com objetivos educacionais. De acordo com o Artigo 10 da Lei 9985/00: “A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais” (BRASIL, 2000).

⁴ A Farmácia Caseira Comunitária era vinculada ao Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, entidade que apoiava e dava subsídio aos aspectos legais no manuseio das ervas para confecção de remédios caseiros, fomentando a prática de uma “medicina alternativa”. As mulheres da farmacinha, em alguns eventos do Posto de Saúde do Lami, eram chamadas para palestrar sobre ervas medicinais e prevenção caseira das doenças (RECHENBERG, 2007).

metapopulação⁵ de bugios em três grandes núcleos de mata: o Morro São Pedro, o Morro da Extrema e o bairro Lami (JERUSALINSKY *et al.*, 2010), onde muito em breve seria realizado o PMP que contaria com a participação de representantes do grupo.

Essas áreas indicadas pelo PMU (PRINTES *et al.* 2010) trouxeram, junto com as pesquisas em conservação, a necessidade e a possibilidade dos estudos socioambientais, visto que a região de ocorrência dos bugios coincidia com pequenos centros urbanos, como é o caso mais especificamente do bairro Lami. O PMU constatou também muitos conflitos e ameaças às populações de bugios, ocasionados principalmente pelo processo de urbanização desordenada e a falta de planejamento dos espaços (BUSS *et al.*, 2007). Assim, a aproximação do grupo com a comunidade foi ocorrendo para pensar coletivamente ações que minimizassem conflitos com a espécie e ao mesmo tempo proporcionassem a conservação dos remanescentes florestais do extremo-sul da capital. Incluir atividades de educação em programas de conservação facilita o alcance dos objetivos (JACOBSON; MCDUFF; MONROE, 2006), e a participação da comunidade foi indispensável para que fossem bem-sucedidas as ações desses programas. Uma das abordagens do grupo foi considerar o bugio-ruivo como uma espécie-bandeira⁶, envolvendo os moradores do bairro Lami e entorno (BUSS *et al.*, 2007; JERUSALINSKY *et al.*, 2010).

O PMU possui uma longa trajetória de ações de educação para conservação. Já foram realizadas palestras e exposições fotográficas em escolas e outros locais públicos; minicursos de conservação de primatas dentro da universidade; curso de manejo de fauna oferecidos aos guarda-parques e policiais militares do Batalhão Ambiental; curso de Biologia da Conservação que atingiu mais de 75 estudantes e profissionais de diversas áreas; projeto em uma escola próxima ao Morro São Pedro, envolvendo toda a comunidade escolar, incluindo formação de professores-multiplicadores dos pressupostos da educação ambiental e projetos de educação continuada em uma escola na Lomba do Pinheiro, local onde ainda há ocorrência de bugios, mas a intensa urbanização ameaça a espécie de extinção local (SAMMARCO; PRINTES, 2004; BUSS *et al.*, 2007; TEIXEIRA *et al.*, 2011; JERUSALINSKY *et al.*, 2010).

Também foram realizadas ações no bairro Lami: atividades em escolas, feiras, exposições, oficinas de confecção de pontes de corda e monitoramento participativo das pontes

⁵ Entende-se por metapopulação, a população geral de uma espécie distribuída em diferentes fragmentos isolados (unidades demográficas) onde a migração entre os fragmentos ocorra de tal forma que a dinâmica (extinção ou genética) de qualquer um deles seja afetada pelos fragmentos vizinhos (JARDIM, 2005).

⁶ Diversos fatores podem levar às escolhas de determinadas espécies como “bandeira”, mas o fato de despertarem a atenção do público em geral é a mais importante delas. A espécie-bandeira pode ser uma facilitadora nos processos de sensibilização em atividades de Educação Ambiental (BUSS *et al.*, 2007). Além disso, a espécie-bandeira proporciona um melhor entendimento do ambiente e dos outros seres, possibilitando a abordagem de temas, muitas vezes complexos, relacionados à conservação da natureza (SAMMARCO; PRINTES, 2004).

fizeram e ainda fazem parte dessa trajetória. Através e com estas ações, demonstrou-se a necessidade de envolver as comunidades locais na conservação do bugio-ruivo. As ações de conservação, para além de terem proporcionado à comunidade científica espaço de realização de suas pesquisas, deixaram evidente que a partir do momento que o PMU começou a interagir com os moradores, o interesse deles pelos bugios aumentou consideravelmente (JERUSALINSKY *et al.*, 2010).

Todos esses esforços de educação para a conservação demonstraram a necessidade de envolver as comunidades locais na conservação dos bugios, além da importância de tornar a comunidade científica mais ciente das questões práticas de conservação. Desde que a equipe do PMU começou a interagir com as comunidades locais, seu interesse por bugios aumentou claramente, fortalecendo a eficácia desta espécie como uma espécie-bandeira para influenciar a conservação da biodiversidade na região. (JERUSALINSKY *et al.*, 2010, p. 408)

As ações de ativismo político-comunitário também foram um eixo imprescindível para a atuação do grupo, possibilitando a formulação de políticas públicas efetivas para a conservação ambiental. Através da participação em fóruns de discussão sobre planejamento do município, foram obtidos resultados concretos: alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) (BUSS; LEITE; BRUTTO, 2008); criação da lei do IPTU Ecológico (JERUSALINSKY *et al.*, 2010); processo público legal que ordenou que a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) isolasse a fiação elétrica para evitar eletrocussão dos animais (LOKSCHIN *et al.*, 2007); e a indicação para a criação do Parque Natural no Morro São Pedro (JERUSALINSKY *et al.*, 2010), o território remanescente florestal mais amplo e preservado de Porto Alegre, responsável por abrigar a maior população de bugios da região (JARDIM, 2005, JERUSALINSKY *et al.*, 2010), e que hoje abriga um Refúgio de Vida Silvestre, UC em nível municipal.

Educação Ambiental: de qual educação estamos falando?

A Educação Ambiental (EA) no Brasil vem se constituindo como um campo de conhecimento político-pedagógico, de estudos, pesquisas e propostas de trabalho, a partir da década de 70, sendo, desde então, um campo plural com contribuições de diversas disciplinas (LIMA, 2009). A diversidade de nomenclaturas existentes hoje para referir-se à EA⁷ retrata um processo de resignificação dos sentidos identitários e fundamentais dos diferentes

⁷Exemplos: Alfabetização Ecológica, Ecopedagogia, Educação Ambiental Crítica, Transformadora ou Emancipatória, Educação no Processo de Gestão Ambiental (LAYRARGUES, 2004).

posicionamentos político-pedagógicos (LAYRARGUES, 2004). Nessa pesquisa, concebe-se a EA sob a perspectiva crítica, transformadora e emancipatória.

Inspirada nesses propósitos, faz-se a defesa de uma pedagogia que entende educação e conhecimento como uma construção social dialógica e coletiva, que persegue o pensamento crítico, a formação de sujeitos emancipados e a transformação da realidade sociocultural e política. Dentro dessa mesma concepção educativa, por natureza democrática, participativa e inclusiva, cabe explorar não apenas o diálogo interno ao ambiente pedagógico como também sua relação com a vida comunitária, na qual a prática educativa ocorre, especialmente quando a dimensão ambiental — na verdade socioambiental — é o foco privilegiado. (LIMA, 2009, p. 156)

Considerando uma breve historicização da EA brasileira, afirma-se que os seus primórdios foram marcados por um período politicamente conservador, que também gerou efeitos na concepção conservadora e tecnicista da EA (LIMA, 2009), derivando em princípios doutrinários, autoritários e moralistas (ORLANDI, 1996). Para Guimarães (2004), a EA hegemônica na sociedade atualmente é a EA conservadora, a qual não se compromete com os processos de transformação significativos da realidade socioambiental, encontrando-se presa aos seus próprios arcabouços ideológicos.

Essa concepção de Educação, ao se colocar inapta de transformar uma realidade (a qual ela própria é um dos mecanismos de reprodução), conserva o movimento de constituição da realidade de acordo com os interesses dominantes – a lógica do capital. (GUIMARÃES, 2004, p. 26)

A vertente de EA crítica constitui-se como um contraponto à EA tradicional e conservadora. Ela tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação, que fizeram e fazem parte do ideário da chamada Educação Popular brasileira, “que rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos, convocando a educação a assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos” (CARVALHO, 2004).

Neste sentido, o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um *sujeito ecológico*. Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental. (CARVALHO, 2004, p.18).

Ainda, a EA crítica promove processos educativos ancorados em relações empáticas, ao contrário do modelo individualista, e que criam as possibilidades e condições de um trabalho pedagógico-educativo que transita entre as ciências naturais, ciências humanas e sociais, entre a filosofia e a religião, entre a arte e o saber popular, buscando articular diferentes saberes e

conhecimentos. Exercita, assim, a construção do sentimento de pertencimento ao coletivo, aqui representado pela expressão *naturacultura* – natureza-comunidade de humanos, desconstruindo a cultura individualista (GUIMARÃES, 2004), implicando os sujeitos aprendizes na melhoria ou solução de conflitos, através de processos de ensino-aprendizagem, enaltecendo a construção de conhecimentos e formação de uma cidadania ambiental (CARVALHO, 2004).

De acordo com Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da autonomia* (2004), a cidadania não se transmite, pois está relacionada a um aprendizado prático de vivências, sob o permanente exercício de aprimoramento da conscientização e interiorização das experiências.

Em tal processo, o educando vai se percebendo como sujeito transformador da realidade, como ser político pela presença no mundo, ou seja, participando ativamente de decisões e intervenções em vista da defesa dos diversos espaços socioambientais do seu cotidiano (DICKMANN; CARNEIRO, 2012, p. 95)

Segundo Guimarães (2004), as práticas de EA tendem a seguir modelos tradicionais e conservadores devido ao que ele designa “armadilha paradigmática”, responsável por gerar uma visão de mundo e um fazer pedagógico como um “caminho único”, supostamente inquestionável, imposto pela racionalidade dominante da sociedade moderna e contemporânea. Dessa forma, a perspectiva crítica e criativa no processo pedagógico fica encoberta pela tendência dominante.

Outra concepção de EA merecedora de destaque nesta pesquisa denomina-se Educação para Conservação, na qual os autores priorizam a crise da biodiversidade como eixo das ações educativas. Esta concepção foi, e continua sendo, uma das referências principais do PMU, estabelecendo relações transdisciplinares entre os campos da Biologia da Conservação, Etnobiologia e EA (TEIXEIRA *et al.*, 2011).

Tal abordagem visa sensibilizar as comunidades humanas sobre a importância e entendimento das questões socioambientais, especificamente sobre os aspectos relacionados à problemática da extinção das espécies e à degradação dos habitats. Dessa forma, busca-se fomentar uma responsabilização sobre estas questões, possibilitando a criação das condições necessárias para as mudanças destas realidades. (TEIXEIRA *et al.*, 2011, p. 8)

Reconhecendo o valor e significância das contribuições referidas, fontes de aprendizados político-educativos, esta pesquisa situa-se na perspectiva freiriana de EA crítica, emancipatória e transformadora, assim como, nos pressupostos da Educação para Conservação. Acredita-se, assim como Freire (1980) que os educandos são potenciais sujeitos transformadores dos contextos socioambientais onde vivem, sendo a educação crítica a “futuridade revolucionária”.

Ela [educação crítica] é profética – e como tal, portadora de esperança – e correspondente à natureza histórica do homem. Ela afirma que os homens são

seres que se superam, que vão para a frente e olham para o futuro, seres para os quais a imobilidade representa uma ameaça fatal, para os quais ver o passado não deve ser mais que um meio para compreender claramente quem são e o que são, a fim de construir o futuro com mais sabedoria. (FREIRE, 1980, p. 81)

Breve histórico da comunidade do bairro Lami: relações e vínculos afetivos na região

Lugar de preservação, nascentes de água, de espécies animais e vegetais nativas da região onde se assentou a cidade de Porto Alegre. Praia, turismo, zona rural, lugar onde é possível viver da agricultura, da pesca e da criação de animais como cavalos, gado e búfalos. Mas também uma periferia da cidade, onde novas casas e loteamento irregulares surgem a cada dia, um lugar onde o lixo e a contaminação das águas atravessam o cotidiano dos moradores. Um lugar onde a complexidade do viver urbano imprime suas contradições. (RECHENBERG, 2007, p. 18)

São essas contradições impressas no bairro Lami, descritas por Rechenberg (2007) que evocam a necessidade de um olhar socioambiental para a região. O bairro, situado no extremo-sul de Porto Alegre, a cerca de 40 km do centro, manteve a sua feição rural por um longo tempo, se comparado aos outros bairros da capital (RECHENBERG, 2007). Porém, cada vez mais a urbanização vem atingindo o extremo-sul da cidade, influenciando a dinâmica espaço-temporal do bairro. No estudo da antropóloga Rechenberg (2007), a autora constata um expressivo número de novos moradores na região, relativos tanto aos deslocamentos de moradias em regiões da capital, quanto à vinda de moradores de cidades interioranas. Por outro lado, muitos jovens nascidos na região deixavam o bairro em busca de emprego e moradia no centro de Porto Alegre. De acordo com Rechenberg (2007), a dinâmica de moradia interfere na sociabilidade do bairro:

Esta sociabilidade diversa que encontramos também no Lami é pontuada por uma relação social específica que é a de vizinhança. No bairro, os moradores movimentam-se em um espaço de sociabilidade que frequentemente associamos às sociedades de pequena escala, onde a visibilidade e as relações de parentesco muitas vezes estruturam as relações no cotidiano. Por outro lado, a vinda de novos moradores e a própria construção de novas casas por quem já reside no Lami, aproveitando o baixo preço dos terrenos recém divididos em lotes para construir casas de aluguel, implica uma constante renovação dos vínculos e laços de sociabilidade. (RECHENBERG, 2007, p. 57)

Em contraponto, é possível notar também que novos moradores têm buscado o bairro Lami justamente por seu histórico de conservação e participação nas decisões ambientais que o envolvem. Identificar as noções dos moradores do bairro sobre o lugar em que habitam é extremamente necessário para compreender seus posicionamentos quanto às ações de educação

para a conservação do bugio-ruivo. Escobar e Pardo (2005) afirmam que a concepção de lugar está vinculada às práticas ecológicas e culturais de uma comunidade:

Se o objetivo [...] é tornar visíveis as práticas das diferenças culturais e ecológicas que poderiam servir de base para alternativas, faz-se necessário reconhecer que esses objetivos estão indissolavelmente vinculados a concepções de localidade, de lugar, e de uma consciência baseada no lugar. (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 150)

Nesse sentido, o *de uma consciência baseada no lugar*, Rechenberg (2007) retrata um cenário em que os novos moradores podem ter dificuldade de se inserir nas redes de sociabilidade locais, ficando à margem do sentimento de pertencimento com o bairro. Essa constante renovação pode ser um impasse na sensibilização da comunidade para o engajamento ambiental. Sabendo que os moradores antigos do Lami vivenciaram o bairro em um momento de valorização cultural e ambiental: será que os novos moradores conhecem a história de luta comunitária pela conservação do bairro? Como e por que essas pessoas foram morar no bairro Lami? O que as motiva a permanecer na região? Como enxergam a expansão da urbanização atualmente?

Considerando as necessidades socioambientais de uma comunidade, bem como as políticas públicas mais urgentes e viáveis, pode-se dizer que o grau de envolvimento e a ressignificação dos ambientes pelos habitantes é fundamental para atingir seus próprios objetivos, também relacionados com constituição de outras identidades, sob mediação de conhecimentos e projetos políticos. Rechenberg (2007) relata que moradores antigos do bairro Lami muitas vezes veem o bairro como “porto seguro”, um lugar fortemente enraizado em suas trajetórias. De fato, o PMU também registra raízes fortes na região, principalmente no âmbito da conservação e da participação na RBL. Entretanto, após a gestão de Cambará na RBL, houve uma retração da nova administração em relação à comunidade, na tentativa de “corrigir” uma excessiva abertura da UC à população do bairro (RECHENBERG, 2007). Parte da comunidade reivindicou a sua participação e presença dentro da RBL, porém, as mudanças foram realizadas unilateralmente por uma administração preservacionista e excludente, resultando em rupturas no cotidiano dos moradores, desorganizando e desarticulando o grupo. A partir de então, as ações do PMU também sofreram com este afastamento da nova gestão, dificultando a continuidade de parte dos trabalhos socioambientais. Neste sentido, observar e identificar indícios dos possíveis impactos gerados na comunidade por essa ruptura é também objeto desta investigação.

Moradores do Lami, Reserva Biológica e o Programa Macacos Urbanos: quais são as atuais relações de trabalho?

Considerando todo o histórico do bairro, da RBL e do PMU, é inegável a grandiosidade das relações socioambientais presentes no espaço. A mais recente gestão⁸ da RBL, atuante desde 2017, vem possibilitando uma reaproximação com os moradores do Lami, identificando potenciais sujeitos comprometidos com a conservação da região. A atuação do PMU no bairro também vem sendo retomada desde 2018, a fim de diagnosticar a estabilidade da população de bugios-ruivos e a conectividade dos fragmentos florestais do sul de Porto Alegre, entrando aos poucos em contato com as pessoas que vivem diariamente nesse contexto socioambiental.

Após diversas mudanças espaço-temporais no bairro Lami, considerando as diferentes gestões da RBL, a dinâmica de moradores e a sociabilidade entre eles e a presença do PMU na região, pouco se sabe sobre as relações socioambientais e os vínculos afetivos de quem mora no bairro atualmente. Tendo em vista que esta pesquisa buscou relacionar a população local com suas necessidades e desejos de conservar a biodiversidade, entende-se que é imprescindível se aproximar e conhecer a perspectiva e os contextos de vida dos moradores sobre o bairro, a RBL e as ações de conservação que se fazem presentes. Segundo Nodari e colaboradores (2016):

O trabalho com disciplinas que buscam ampliar o conhecimento científico sobre a biodiversidade carece de maior articulação com campos do conhecimento voltados para a compreensão do contexto histórico e das práticas sociais que afetam os tipos de uso e os esforços para a conservação da biodiversidade. (NODARI; NODARI; FRANCO, 2016 , p. 13)

O processo de aproximação do PMU ao bairro Lami, vem fazendo crescer, progressivamente, a necessidade de se reconectar com a população local, procurando entender como a conservação da biodiversidade afeta a vida dessas pessoas. A percepção do aumento do número de casos de conflitos com bugios (como atropelamentos, choques elétricos e ataques por cães), nos últimos dois anos, e a carência de disponibilidade por parte da equipe do PMU para acompanhar todos os casos, possibilitou uma maior afinidade entre o PMU e a RBL e gerou uma necessidade ainda maior de ouvir a comunidade para pensar coletivamente maneiras de reduzir o número de acidentes com a espécie e monitorar coletivamente os casos de conflitos.

Recentemente, em 2020, a prefeitura de Porto Alegre transferiu, de súbito, a atual gestão da RBL para outros setores públicos do município, deixando a RBL sem gestão por tempo

⁸ Desde 2017, quem gestiona a RBL é a bióloga Maria Carmen Bastos, servidora pública do município desde 2003.

indeterminado. Essa decisão gerou uma comoção no bairro Lami, remexendo nos espaços de luta da comunidade que defende a conservação do extremo-sul da capital. Contudo, ao mesmo tempo que reuniu os moradores em uma mesma causa, reforçando os laços socioambientais na comunidade, também fragilizou a atual gestão da RBL e descontinuou o seu trabalho no Lami com os moradores e com o PMU. A gestão de Maria Carmen retornou oficialmente apenas no início de 2021, depois de diversas manifestações públicas pela volta da gestora para a RBL. Dessa forma, percebe-se que o bairro Lami carrega em sua história, até a atualidade, sujeitos críticos comprometidos com a pauta socioambiental – sejam moradores, servidores da RBL ou membros de organizações ambientalistas.

Essa pesquisa nasceu justamente das vivências e experiências em um curso de graduação imersas em contextos socioambientais desde o seu princípio e da necessidade de hibridizar conhecimentos biológicos, humanos e sociais. Ao longo da faculdade, ficou cada vez mais evidente que a conservação da biodiversidade não poderia ser pauta central enquanto não houvesse diálogo com a sociedade. Sociedade essa que, não apenas se responsabiliza pela conservação, mas também tem o desejo de protagonizar a indispensável luta ambiental. Formar profissionais que engessem a conservação de forma estritamente biológica afasta pessoas das lutas ambientais e prejudica o desenvolvimento de políticas socioambientais efetivas. De acordo com Leff (2015),

A crise ambiental estava associada à fragmentação do conhecimento na ciência moderna que impedia a análise de complexos processos socioambientais. Assim, surgiu uma abordagem de resolução de problemas para as ciências aplicadas, postulando métodos interdisciplinares e pensamento complexo como ferramentas básicas para a gestão ambiental. De objeto de pesquisa científica e dominação econômica, a natureza passou a ser objeto de investigação teórica, disputa política e apropriação social. Fora do campo da ciência, diversas correntes interpretativas se desenvolveram onde a natureza não era mais um objeto a ser dominado e fragmentado, mas sim uma entidade a ser redefinida, reencarnada e reincorporada (LEFF, 2015, p. 12)

Muitos dos moradores do bairro Lami foram e são protagonistas da luta ambiental porto-alegrense e protegem a singularidade e complexidade da região. Sendo integrante do PMU, a graduação me trouxe a este lugar único que é o extremo-sul de Porto Alegre, onde inúmeros questionamentos sociais e ambientais surgiram. Pesquisar a conservação sem envolver os agentes sociais locais, imersos diariamente naquele contexto, pareceu ser cada vez mais impossível. Dessa forma, essa pesquisa se empenhou em trazer percepções dos moradores em relação ao território em que estão inseridos, procurando entender os vínculos ambientais e comunitário-afetivos construídos ou não no bairro Lami: como é a visão dos moradores mais antigos em relação às mudanças no bairro Lami? Como será que os moradores enxergam suas

relações com os bugios-ruivos? Quais as necessidades e potencialidades percebidas pelos moradores a respeito do bairro? Qual a relação estabelecida entre os moradores com a RBL?

OBJETIVOS

Objetivo geral

Investigar as relações socioambientais estabelecidas no bairro Lami por seus moradores, seus vínculos afetivos-identitários, suas interações com a Reserva Biológica do Lami em diferentes gestões e sua participação nas ações de conservação dos bugios-ruivos, buscando entender como os moradores se percebem na luta ambiental local e se há interesse da comunidade em estreitar os laços socioambientais na região.

Objetivos específicos

- Identificar as atribuições/compreensões de parte da comunidade que habita o bairro Lami sobre as ações de conservação dos bugios-ruivos;
- Comparar os vínculos estabelecidos pelos moradores com a Reserva Biológica do Lami, considerando os tempos de residência no bairro e as trocas de gestão;
- Relacionar as alterações socioambientais que vêm ocorrendo no bairro Lami com as percepções dos próprios moradores;
- Identificar nas narrativas dos moradores as necessidades e potencialidades do bairro;
- Relacionar noções de pertencimento dos moradores, o tempo em que habitam o bairro e seus desejos/intenções em participar e propor ações de conservação para a região.

METODOLOGIA

O bairro Lami

A pesquisa foi realizada no bairro Lami, extremo-sul do município de Porto Alegre, traçando limites com os bairros Belém Novo e Lageado, e a cidade de Viamão. De acordo com o PDDUA de Porto Alegre (2011), a região se encontra na Macrozona 8, definida como Cidade Rururbana:

é caracterizada pela presença de zonas de produção de alimentos e criação de animais junto a áreas residenciais com baixo número de moradores, espalhadas pela região. Nela existem, também, os núcleos de Belém Novo, Belém Velho e Lami, mais ocupados e com características de cidade intensiva. Dada a predominância de valores naturais, como os morros e a orla, seu uso deverá ser incentivado, também, para o lazer e o turismo ecológico. (PORTO ALEGRE, 2011, p. 44)

Nessa região são encontradas as paisagens naturais mais preservadas da capital, entre morros graníticos cobertos por matas e campos, restingas, banhados, arroios e praias, possuindo um elevado valor ambiental (BUSS; LEITE; BRUTTO, 2008). Segundo o censo do IBGE de 2010, a população do bairro era estimada em mais de 4.200 pessoas. Mais recentemente, em 2017, o Observatório do Bairro Lami estimou a população em mais de 4.500 pessoas (PROCEMPA, 2017).

Rechenberg (2007, p.24) apresenta uma divisão do bairro em que há *dois lamis*: “(...) um mais próximo e vinculado ao rio, referido pela maior parte dos moradores como *praia*, e outro situado nos arredores do Morro da Extrema”. A região considerada como *praia* é o local de maior proximidade com a RBL e onde o PMU mais atuou desde sua criação e atua atualmente. Nesta área, tem-se quatro diferentes núcleos de habitação: uma área mais próxima à Rua Otaviano José Pinto, que vem sendo cada vez mais habitada com a abertura de novas ruas; a área nas redondezas do Arroio Manecão, com casas aglomeradas em terrenos considerados como “área de risco” pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), devido sua proximidade com o arroio (RECHENBERG, 2007); a área onde efetivamente se situa a praia, limitando-se pela RBL; e a Fundação de Proteção ao Ambiente Natural do Lami (FUPALA), uma propriedade privada de aproximadamente nove hectares.

Na praia encontramos uma expressiva diversidade cultural no perfil dos moradores. Ali residem pescadores, aposentados, donas de casa, músicos, estudantes universitários, artistas, operários e trabalhadores urbanos, desde moradores antigos como recém-chegados, e antigos veranistas que fizeram da praia seu lugar de moradia. (RECHENBERG, 2007, p. 25)

A área com maior proximidade ao Morro da Extrema difere bastante da região litorânea, caracterizando-se pela predominância de chácaras, propriedades de pequenos agricultores e loteamentos como Jardim Floresta e Sapolândia. Além disso, Rechenberg (2007) constata que essa região antigamente não era reconhecida oficialmente pela prefeitura como bairro Lami, nem como um bairro oficial da cidade, mas que mesmo assim os moradores dos arredores da Estrada do Varejão consideravam-se moradores do Lami. A delimitação de bairros no extremo-sul de Porto Alegre ainda é algo complexo na atualidade e moradores de fora do limite da prefeitura consideram-se moradores do Lami. Para evitar confusão quanto as definições dos limites do bairro, optou-se por considerar nessa pesquisa a narrativa dos moradores, cabendo a eles próprios definirem-se como moradores do bairro.

Coleta de dados

Questionário Virtual

Inicialmente, foi elaborado um questionário virtual para a coleta de dados (Apêndice 1), que foi aplicado junto aos moradores que tiveram interesse em participar da pesquisa. O questionário foi realizado pelo Google Formulários, bastando ter o link para acessá-lo e respondê-lo. O link gerado circulou nas redes de comunicação de moradores da região (WhatsApp, Facebook e Instagram), explicando brevemente a intenção da pesquisa e convidando os interessados a participarem. Essas redes foram alcançadas a partir de um grupo inicial de contatos já pré-estabelecidos entre a pesquisadora e a comunidade.

O propósito do questionário virtual foi mapear os moradores sensibilizados à temática ambiental e suas características singulares, para posteriormente serem sorteados ou não para a realização de uma entrevista. É necessário levar em conta a limitação do método utilizado, em decorrência de resultar na seleção de um público alfabetizado com acesso e facilidade ao meio virtual e uso de internet. Contudo, a pandemia do coronavírus restringiu a proposta inicial de pesquisa que englobava saídas de campo ao bairro e contato direto com os moradores da região.

Entrevistas

A partir dos questionários respondidos (n=47), foi sorteada uma subamostra de pouco menos de 1/3 (31,9%) para realização de entrevistas virtuais, totalizando 15 pessoas. O sorteio dos moradores que foram entrevistados foi feito na plataforma Sorteador, utilizando números de 1 a 47. As pessoas foram contatadas individualmente, sendo convidadas a participar da entrevista de forma não obrigatória. Todos os participantes das entrevistas concordaram com o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Apêndice 2). Não foi obtido retorno de

três das pessoas contatadas, sendo sorteados três novos números para substituição dos moradores. Foi feito um roteiro-guia para realização de entrevistas semiestruturadas (Apêndice 3), dando espaço para singularidades de cada entrevistado, mas ao mesmo tempo seguindo os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas por chamada de vídeo ou por ligação telefônica, com duração de 15 a 45 minutos. Para evitar perda de dados, foi solicitada a permissão para gravação do áudio das entrevistas para sua posterior transcrição. As gravações foram assentidas por todos os entrevistados e foram armazenadas apenas até o ato da transcrição.

Análise de dados

Questionários Virtuais

Os dados coletados através dos questionários virtuais foram lidos, relidos e organizados de modo a identificar as manifestações expressas no instrumento que estariam relacionadas com o objeto de pesquisa, a fim de obter um panorama geral dos respondentes à pesquisa. A grande maioria das respostas do questionário foram objetivas, portanto, a análise dos dados se deu através da quantificação dos retornos obtidos pelo Excel. Os pontos dos endereços coletados pelos participantes da pesquisa foram plotados em um mapa de forma anônima, utilizando o software QGis. Já para a análise da questão descritiva, referente à representação⁹ do bairro para os moradores, optou-se por selecionar as palavras escritas nos questionários e criar uma nuvem de palavras na plataforma WordArt.

De acordo com Vasconcellos-Silva & Araujo-Jorge (2019), as nuvens de palavras “têm sido consideradas uma opção à análise de textos e na disseminação de resultados de pesquisas de abordagem qualitativa”, e podem ser consideradas uma ótima alternativa para as análises de

⁹ Nessa pesquisa, utiliza-se o conceito de *representação*, considerando a seguinte historicização do conceito. Representação (latim *Repraesentatio*): Vocábulo de origem medieval que indica imagem ou ideia, ou ambas as coisas. O uso desse termo foi sugerido aos escolásticos pelo conceito de conhecimento como "semelhança" com o objeto. "Representar algo" — dizia S. Tomás de Aquino — "significa conter a semelhança da coisa". Mas foi principalmente no fim da escolástica que esse termo passou a ser mais usado, às vezes para indicar o significado das palavras. Ockham distinguia três significados fundamentais para "Representar: 1) designa-se com este termo aquilo por meio do qual se conhece algo; nesse sentido, o conhecimento é representativo, e representar significa ser aquilo com que se conhece alguma coisa; 2) por representar entende-se conhecer alguma coisa, após cujo conhecimento conhece-se outra coisa; nesse sentido, a imagem representa aquilo de que é imagem, no ato de lembrar; 3) por representar entende-se causar o conhecimento do mesmo modo como o objeto causa o conhecimento". No primeiro caso, a representação é a ideia no sentido mais geral; no segundo, é a imagem; no terceiro, é o próprio objeto. Esses são, na realidade, todos os possíveis significados do termo, que voltou a ter importância com a noção cartesiana de ideia como "quadro" ou "imagem" da coisa e foi difundido sobretudo por Leibniz (...). Kant estabeleceu seu significado generalíssimo, considerando-o gênero de todos os atos ou manifestações cognitivas, independentemente de sua natureza de quadro ou semelhança, e foi desse modo que o termo passou a ser usado em filosofia. (ABBAGNANO, 2007)

conteúdo, pois acrescentam transparência e fornecem entendimento para o reconhecimento de possíveis padrões ocultos entre as ideias expressadas. Os dados obtidos nos questionários virtuais complementaram os dados obtidos nas entrevistas, viabilizando uma checagem da consistência entre as respostas dos entrevistados, considerando os momentos de realização do questionário e o da entrevista síncrona. Os dados quantitativos expressos na discussão e análise dos resultados referem-se aos dados obtidos através dos questionários.

Entrevistas

Durante as entrevistas, e para facilitar o acompanhamento da entrevistadora, foi elaborada uma ficha sobre cada participante, indicando as respostas prévias do questionário e evitando o cansaço e repetição de perguntas para o entrevistado. Além desta ficha, organizou-se um mapa conceitual enfocando o objeto de pesquisa para melhor assimilação do perfil do entrevistado (Apêndice 4). As gravações foram transcritas no mesmo dia cada entrevista ou no dia seguinte, a fim de lembrar seus contextos e narrativas com maior facilidade. Para Mendes & Miskulin (2017), a transcrição é mais do que “uma mera reprodução das gravações”, é “uma busca por apresentar os tropeços, as frases interrompidas, as prolongadas, os suspiros, as exclamações, as contrariedades”, portanto, a celeridade no processo de transcrição teve o objetivo de evitar perder conteúdos preciosos das falas.

Os dados coletados através das entrevistas foram organizados conforme os pressupostos do método de pesquisa Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; FRANCO, 2005). Preocupou-se em não realizar uma “compreensão espontânea” dos dados, conforme aponta Bardin (1977), buscando cada vez mais o *enriquecimento da leitura*, também proposto pela autora:

Se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não detínhamos a compreensão. (1977, 2011, p. 29)

O processo de organização e exploração dos dados, buscando transformá-los em resultados, desenvolveu-se em três fases: (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados, inferências e interpretações (Figura 1). Durante a pré-análise foi realizada uma *leitura flutuante* das entrevistas para surgimento de intuições e formulações de hipóteses sobre as respostas (BARDIN, 1977). A partir dessa leitura, constituiu-se o *corpus da pesquisa* definido pela autora como o conjunto de documentos que serão levados em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Foram utilizadas três regras básicas definidas

pela autora para a constituição do *corpus*: 1) *regra da exaustividade*, 2) *regra da homogeneidade* e 3) *regra da pertinência* (BARDIN, 1977).

De acordo com a *regra da exaustividade*, é necessário definir os elementos do *corpus* para a análise, sendo eles, portanto, a ficha dos participantes, o mapa conceitual do entrevistado e a adaptação da entrevista conforme a realidade e participação do morador no bairro. Na adaptação, deve-se levar em conta a *regra da homogeneidade*, que preza por documentos homogêneos que obedeçam a critérios precisos de escolha e não apresentem demasiada singularidade. Por fim, considerou-se também a *regra da pertinência* para que os documentos correspondam ao objetivo da análise, sendo adequados enquanto fonte de informação.

Desenvolvimento da pesquisa

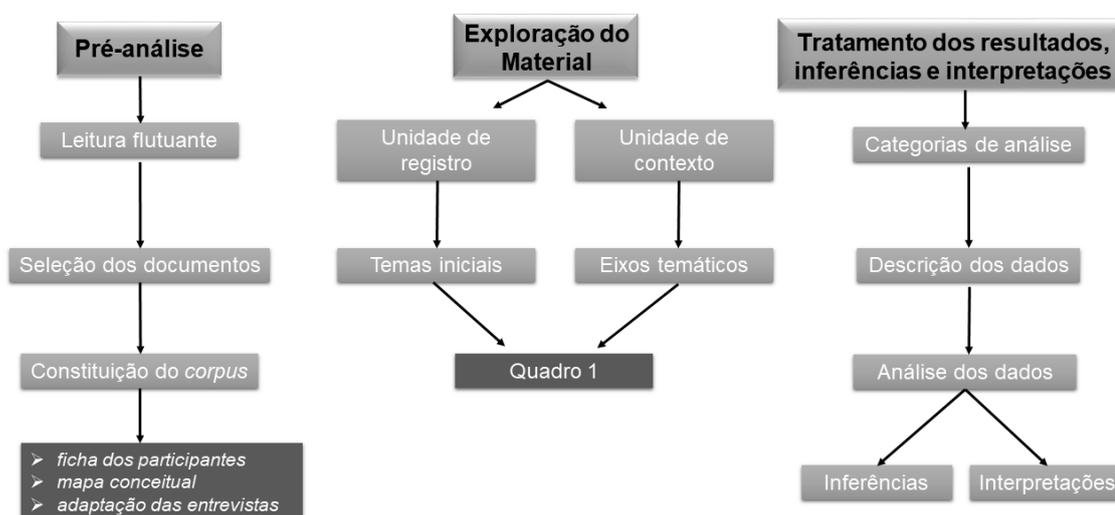


Figura 1: Fluxograma das três fases de desenvolvimento da pesquisa qualitativa.

A partir da pré-análise, iniciou-se a exploração dos dados propriamente ditos, onde foram estabelecidas as Unidades de análise: Unidades de registro e Unidades de contexto. Para Franco (2005), a Unidade de registro é a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência será registrada de acordo com as prováveis categorias a serem criadas, e podem ser de diversos tipos, como palavras, temas, personagens ou itens. Neste caso, as Unidades de registro configuraram-se como *temas iniciais* que, de acordo com Franco (2005), são asserções sobre determinados assuntos que incorporam o aspecto pessoal atribuído pelo respondente acerca de significados e conceitos, envolvendo tanto componentes racionais quanto ideológicos, afetivos e emocionais. Nesse formato, as respostas acabam tendo diferentes significados, e antes da análise é necessário interpretar o conteúdo de “cada resposta em seu sentido individual e único” (MUCCHIELLI, 1974 *apud* FRANCO, 2005).

As Unidades de contexto são como o “pano de fundo” que imprimem significado às Unidades de análise (FRANCO, 2005). Elas são necessárias para codificar as Unidades de registro, fazendo referências aos diversos contextos em que aparecem as mensagens e configurando-se como *eixos temáticos*. Bardin (1977) chama atenção para a necessidade de contextualizar as mensagens políticas para análise, compreendendo seus significados.

Definidas as Unidades de análise, o próximo passo foi o tratamento do conjunto de dados objetivando criar as *categorias de análise*, que representam uma síntese dos resultados obtidos. A formulação das categorias é um processo desafiador – difícil e longo, em que a pesquisadora segue seu próprio caminho, baseado em sua história de vida, escolar e universitária, seus saberes e conhecimentos prévios, guiada por intuições e sensibilidades (FRANCO, 2005).

Esse longo processo – o da definição das categorias –, na maioria dos casos, implica constantes idas e vindas da teoria ao material de análise, do material de análise à teoria, e pressupõe a elaboração de várias versões do sistema categórico. As primeiras, quase sempre aproximativas, acabam sendo lapidadas e enriquecidas para dar origem à versão final, mais completa e satisfatória. (FRANCO, 2005, p. 58)

As categorias de análise emergiram a partir da empiria das entrevistas, filtrando os dados brutos e transformando-os em resultados, sendo criadas com base nas leituras continuadas dos dados brutos – transcrições das falas e dos conteúdos expressos pelos entrevistados. Seguiu-se três requisitos básicos propostos por Franco (2005): 1) *exclusão mútua*, consistindo em apenas uma dimensão de análise; 2) *pertinência*, refletindo as intenções da investigação, e 3) *objetividade e fidedignidade*, que consiste em codificar da mesma maneira as diferentes partes do material. Cabe esclarecer que a categorização dos dados das entrevistas não foi feita com cada resposta ou cada entrevistado a fim de enquadrá-los em uma categoria específica, pois os dados foram descritos e filtrados em sua totalidade enfocando o objeto da pesquisa independentemente do participante, apesar de todos eles contribuírem com os dados de todas as categorias. Por fim, pôde-se analisar os dados, interpretando-os e propondo inferências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos moradores

A pesquisa teve em sua totalidade 47 participantes que responderam ao questionário, sendo que 15 deles também foram entrevistados. Participaram 31 mulheres e 16 homens nas faixas de 20 a 71 anos de idade. Entre os respondentes, 83% (n= 39) possui escolarização acima de Ensino Médio Completo. Ressalta-se novamente que a pesquisa dificultou a coleta de dados de

participantes sem acesso à internet ou com baixa escolaridade, devido à implementação do modelo virtual de pesquisa. Ainda, para responder ao questionário, os moradores tinham que se propor voluntariamente a clicar no link enviado pelas redes sociais, diminuindo as chances de resposta.

Cerca de 72% (n=34) dos moradores que participaram da pesquisa moram no bairro Lami há pelo menos 16 anos, enquanto 4,7% (n=10) são moradores recentes que foram para a região há menos de 5 anos (Figura 2). Os endereços dos moradores se dividiram entre os “*dois lamis*” citados, aglomerando mais participantes na região praiana, onde a densidade demográfica é maior e onde se tinha mais contato prévio com a população. Todos os pontos permaneceram dentro de um raio de 10 km da RBL, estando a maioria (n=31) dentro de um raio de 2 km da RBL.

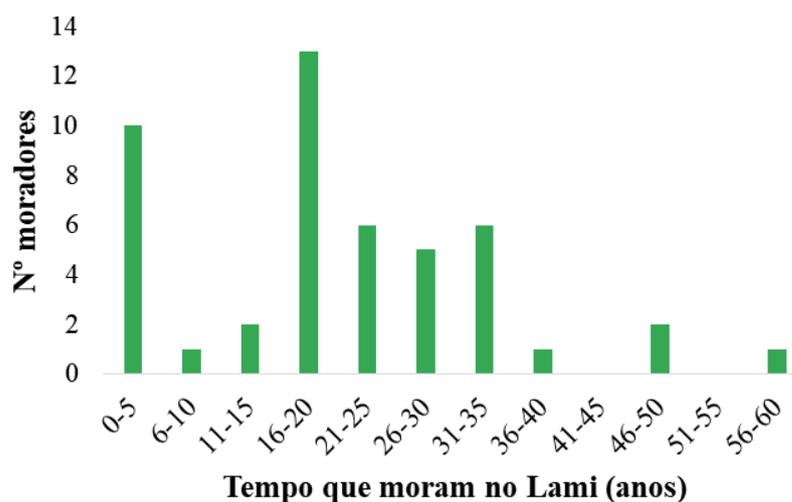


Figura 2: Número de moradores que participaram da pesquisa em relação ao tempo em que moram no bairro Lami em anos.

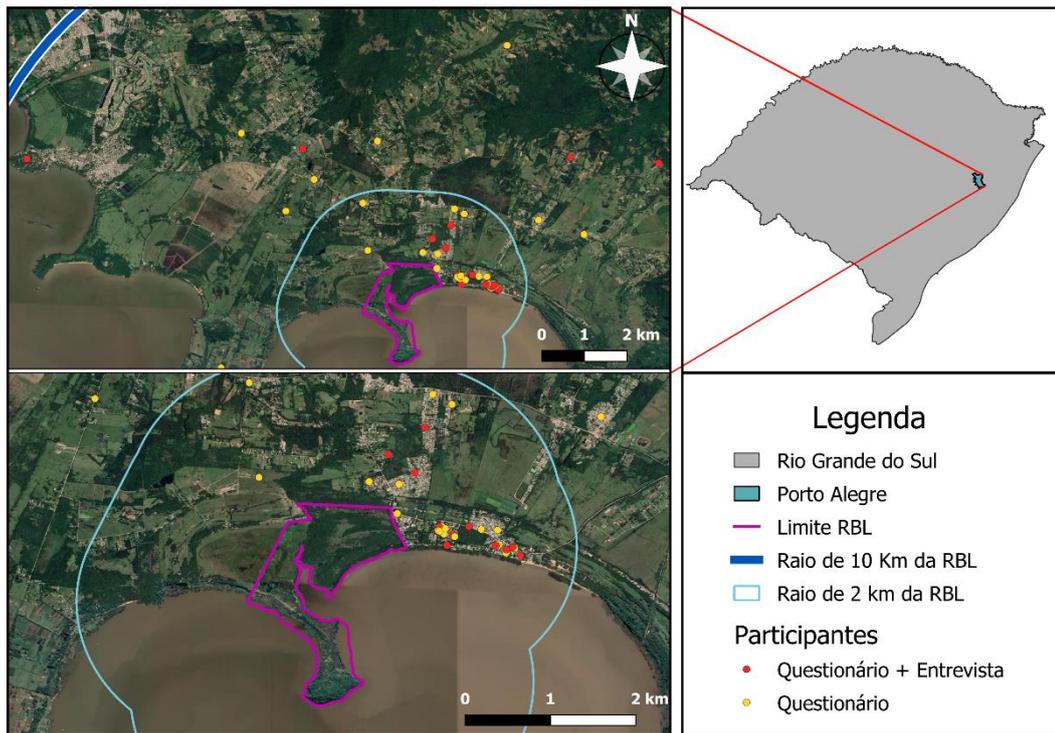


Figura 3: Mapa do bairro Lami, no extremo-sul de Porto Alegre, localizando os participantes da pesquisa e distinguindo as etapas em que participaram.

Os participantes foram questionados sobre o que representa o bairro Lami para cada um. As palavras escritas pelos próprios moradores (podendo ser mais de uma por pessoa) foram utilizadas para a criação de uma nuvem de palavras (Figura 4). O tamanho das palavras na nuvem representa a frequência com que as palavras foram utilizadas nas respostas.



Figura 4: Palavras citadas pelos moradores nos questionários sobre o que representa o bairro Lami. Quanto maior a palavra representada, mais vezes ela foi citada.

A nuvem gerada expressa, em sua grande maioria, otimismo e potencialidades do bairro. A palavra “natureza” predomina, sendo empregada 16 vezes nas respostas, seguida de “qualidade de vida” (sete vezes) e “tranquilidade” (cinco vezes). Apesar de a palavra “bugio” não ser utilizada, outras representações da fauna prevalecem (fauna, animais, pássaros e lagartos), totalizando juntas seis menções. Em contrapartida, a palavra “reserva” foi utilizada apenas uma vez, assim como “memórias afetivas”. Pode-se inferir que, para grande parte dos moradores, a fauna está presente no imaginário do bairro, mesmo que o bugio não seja expresso inicialmente. Assim como ocorre com as palavras “reserva” e “natureza”, já que ambas se conectam simbolicamente, ainda que a palavra “natureza” possa ter aparecido mais devido a maior familiaridade dos moradores com a natureza como um todo.

Representações dos moradores sobre seu entorno

A partir da análise de conteúdo das entrevistas, foram definidas quatro *categorias de análise* que representam as percepções dos moradores sobre seu entorno: vínculos afetivos, Reserva Biológica do Lami, socioambientalismo e representações do Bairro (Quadro 1).

Temas iniciais	Eixos temáticos	Categorias de análise
Comunidade	União afetiva dos moradores pelos bugios	Vínculos Afetivos
	Ações de conservação dos moradores em prol dos bugios	
	Desejo de resgate dos vínculos na comunidade	
	Convívio e espaços públicos do Lami	
Reserva Biológica do Lami	Experiências de visitação, trilhas, atendimento ao público	Reserva Biológica do Lami
	Falta de Interação entre moradores e a Reserva Biológica do Lami	
	Participa�o dos moradores em questões da Reserva Biológica do Lami	
	Divergências entre as gestões	
	Necessidade de recursos e políticas públicas	
Sociedade x Natureza	Desmatamentos/Invasões	Socioambientalismo
	Conflitos com bugios	
	Mudanças sociais e ambientais do bairro	
Bairro Lami	Potencialidades do bairro	Representa�es do Bairro
	Aumento da quantidade de comércios e casas x preserva�o	
	Necessidade de atra�o no Lami	

Quadro 1: Categorias de análise definidas a partir dos eixos temáticos e temas iniciais mencionados nas entrevistas com os moradores do bairro Lami.

Categoria *Vínculos Afetivos*: Essa categoria expressa media es às possibilidades de organiza o entre moradores, desde sua união através da presença dos bugios no bairro, até a necessidade de mais intera o, convívio e articula o entre os moradores.

Todos os participantes da pesquisa já viram e reconhecem os bugios no bairro Lami, e quase 96% (n=45) costumam vê-los pelos arredores de suas casas. Alguns moradores demonstraram fascínio e encanto pelos macacos, destacando características como a colora o da pelagem e o potente ronco dos animais. Além do papel estritamente biológico dos bugios na natureza, percebe-se nas narrativas ouvidas o poder de união que os macacos exercem entre os frequentadores da região, nas palavras de um dos moradores, o “algo em comum entre as pessoas”.

[O bugio] fascina a todos no geral, as crianças assim, idosos admiram (...)   algo assim ‘a gente mora aqui e aqui tem bugio’.   algo que impacta a vida das pessoas, n . Poder ver no cotidiano, ter algo em comum entre as pessoas. (Entrevistado 1)

Os relatos positivos em relação aos bugios predominaram, e os negativos apareceram apenas em relação a temores com a *preservação*¹⁰ dos macacos ou com relação a estrutura das casas (como telhas quebradas ou fios arrancados). Os moradores usaram expressões como “privilégio” e “oportunidade única” para definir como é ter a presença dos bugios no dia a dia. Os macacos também foram retratados como motivo de assunto e admiração entre as pessoas: “as pessoas passam, conversando, apontando e admirando... até hoje só vi coisas positivas em relação aos bugios”. A observação dos macacos nas pontes de corda (definidas como passarelas por esse morador) foi citada de maneira positiva:

Eu observo as passarelas assim que instalaram. É lindo ver eles [bugios] passando. É bem interessante pra observar. Eles param o trânsito. A beleza, né, tu vê como ele cativa as pessoas e para o trânsito. Imagina o poder publicitário dele... (Entrevistado 1)

Nos questionários, os participantes da pesquisa foram indagados quanto à visualização das pontes de corda pelo bairro e a grande maioria (85%, n=40) está familiarizada com as passarelas. As pontes foram mencionadas nas entrevistas de quatro formas diferentes: pinguela (uma vez), passarelas (duas vezes), escadinhas (duas vezes) e pontes (quatro vezes), totalizando 11 citações. As pontes de corda começaram a ser desenvolvidas pelo PMU em 1999, após serem relatados acidentes com bugios devido ao desmatamento da região (LOKSCHIN *et al.*, 2007). Na época, o PMU decidiu que a colaboração da comunidade local era essencial para o sucesso e implementação das ações de conservação, portanto, contou com 10 moradores locais que monitoravam a ocorrência dos bugios e dos acidentes na região (LOKSCHIN *et al.*, 2007). Contudo, menos da metade dos moradores que participaram da pesquisa (49%, n=23) conhece o PMU. Esse desconhecimento pode ser resultado do fato de as ações realizadas no bairro não focarem na divulgação do Programa, e sim no contato direto com os moradores e na conservação dos bugios, e por isso muitas pessoas podem não conhecer o grupo mesmo já tendo participado das ações.

Durante as falas, os moradores relataram diversas vezes pequenas ações de conservação que realizam no dia a dia em relação aos bugios, seja individualmente, ou em parceria com vizinhos. Alguns entrevistados se mostraram preocupados quanto aos ataques por cachorros, optando por prendê-los enquanto os bugios estão nos pátios. Questões relativas ao monitoramento dos bugios também foram citadas por moradores, inclusive questões

¹⁰ Nesse caso, opta-se por usar o termo *preservação* pois são narrativas dos próprios moradores, que utilizam o termo diversas vezes. A diferença entre *conservação* e *preservação* não foi discutida com os participantes da pesquisa, mas é possível inferir a maior familiaridade com o termo *preservação*, visto que foi utilizado 33 vezes pelos moradores, enquanto o termo *conservação* foi utilizado apenas 2 vezes.

relacionadas com a presença das pontes de corda, seja para afirmar a melhoria desde a instalação das pontes, seja para a articulação com vizinhos para a instalação de mais passarelas.

Eles [bugios] passavam numa arvorezinha ali perto de casa bem pequeninha e quase caía no chão, os cachorros na rua quase pegavam. Até falei com o vizinho de colocar uma pinguela pra eles passarem melhor ali. (Entrevistado 2)

Diversos moradores demonstraram interesse em projetos e ações de EA desenvolvidos diretamente com a comunidade, e apontaram a necessidade do incentivo de políticas públicas para que isso aconteça. O conceito de políticas públicas implica considerar que o Estado cria tais políticas em resposta às demandas que emergem do próprio Estado, mas também da sociedade, englobando também preferências e escolhas privadas. Os atores sociais, portanto, interferem na decisão e na fiscalização de tais políticas, o que demonstra que as ações políticas de determinados períodos estão relacionadas aos interesses de grupos hegemônicos da sociedade (PECCATIELLO, 2011). Consequentemente, é necessário utilizar o poder derivado da inserção do segmento social na estrutura econômica, ou utilizar o poder na forma de pressão organizada para conquistar suas reivindicações (ALLEGRETTI, 2008).

As políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado, possuindo estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria, sendo formadas pelo universo simbólico e cultural de determinada realidade (AZEVEDO, 1997). Os moradores abordaram diversas vezes a necessidade de políticas públicas voltadas para a região nos mais variados contextos, mencionando nove vezes o termo “política” e quatro vezes o termo “políticas públicas” – sem contar as vezes que fizeram menção a projetos públicos sem usar os termos referidos. Um exemplo foi a proposta de realização de projetos para as mães e jovens do Lami, em razão de muitas mulheres não poderem trabalhar por cuidarem dos filhos e de muitos jovens não terem acesso à escola ou outras atividades de formação.

Eu gostaria que houvesse um projeto pras mães que não podem trabalhar porque não tem como colocar os filhos em creche, porque ainda tem muito pouca creche comunitária. Então eu gostaria que houvesse algum projeto, de repente até voltado em relação a natureza do Lami, mas que essas mães tivessem alguma fonte de renda sabe, que elas aprendessem alguma coisa e aí tivessem uma fonte de renda. (Entrevistado 5)

No entanto, os moradores também falaram sobre a ausência de uma associação de moradores e a recente tentativa e dificuldade de a recriarem, por demandar muito de quem se encarrega. O Entrevistado 13 mencionou a antiga existência de uma associação na região, que teria acabado devido à baixa frequência de moradores nas reuniões: “O pessoal tem que ser mais interativo né, pra voltar a associação pra cá, porque a associação ela dá tanto benefício né,

as pessoas vão lá e conseguem as coisas pro bairro”. Quanto a organização coletiva em prol da conservação do meio ambiente no Lami, os entrevistados relataram já ter sido mais forte o envolvimento da comunidade nessas questões.

A própria comunidade deveria incentivar [a preservação], que é algo que se perdeu muito nos últimos anos ali no Lami (Entrevistado 9).

Apenas 11 (23,4%) dos participantes da pesquisa já fizeram ou fazem parte de algum grupo de moradores na região. Os próprios moradores escreveram em que grupos já se envolveram, sendo identificados oito diferentes grupos conforme o número de pessoas que participou: grupo de caminhada (três), FCC (duas), Conselho do Orçamento Participativo (OP) (uma), Conselho da RBL (uma), grupo de manejo da RBL (uma), associação de moradores (uma), Pastoral da Criança (uma) e Caminhos Rurais (uma). Os grupos que também foram citados pelos moradores nas entrevistas foram a FCC (seis citações), o OP (quatro citações) e o grupo de caminhada (duas citações). As reuniões do OP foram relatadas por um entrevistado como conturbadas, porém agregadoras para o bairro:

Uma época tinha aqueles encontros do orçamento participativo e as pessoas começaram a participar. Dava muita confusão, mas tinha um seguimento, uma orientação do que ia acontecer com o bairro. (Entrevistado 2)

O Entrevistado 9 traz um ponto importante para a organização e relação mais estreita entre os moradores no bairro, afirmando o valor dos espaços de convívio para a articulação da comunidade, “pra trocar uma ideia e dizer ‘ah, conhece a Reserva?’ ou ‘toma banho na praia?’, ‘usa o barzinho da esquina?’”. Segundo Macedo (2012 *apud* GARCIA; MIRANDA, 2014), os espaços de lazer ao ar livre não precisam necessariamente de projetos sofisticados, e sua construção com poucos equipamentos, tais como bancos, lixeiras, postes de iluminação e playgrounds, já podem alcançar benefícios sociais e a valorização do entorno urbano. Os parques e praças de Porto Alegre possibilitam a socialização e fazem parte do cotidiano da população, proporcionando a convivência entre diferentes grupos e fundando um espaço democrático que reforça o caráter público e a valorização da cidadania (GARCIA; MIRANDA, 2014). A questão da necessidade do incentivo governamental para as demandas do bairro é novamente abordada pelos entrevistados:

Só que não tem muito incentivo do governo, poderia ter um corredor contínuo da orla toda, mas que ao mesmo tempo a população que vai utilizar, tomar banho, fazer o churrasco, curtir o final de semana, tivesse uma melhor relação com a orla e com a fauna. (Entrevistado 9)

É notável que o recente crescimento e as mudanças socioculturais do bairro Lami culminaram em impactos na articulação dos moradores, que já não reconhecem o Lami “de

antigamente”. Com a maioria dos participantes sendo moradores da região há pelo menos 16 anos, é possível que haja um bloqueio com as transformações que vêm ocorrendo, que podem estar associadas à urbanização do bairro, à criação da RBL e às trocas de gestão, ou até a nova geração tecnológica que dificulta o contato pessoal direto. O levantamento dessas temáticas revela-se muito necessário, visto que os moradores possuem vínculos afetivos com o lugar, com os animais e com os próprios vizinhos, vínculos estes que na atualidade vêm sendo enfraquecidos e correm o risco de se perderem por diversos fatores. Um dos entrevistados expressou o ponto de vista de que não foi o Lami que mudou muito, e sim as pessoas que mudaram, mudando também os valores de quem frequenta a região atualmente.

Talvez esse seja um passo valoroso para entender a renovação da população e as maneiras de atrair e envolver novas pessoas para construir coletivamente o bairro. Ressalta-se o fundamental papel da RBL na disponibilização de espaços públicos acolhedores que permitam e promovam a tomada de decisões socioculturais e ambientais do bairro de forma coletiva, estreitando as relações entre as pessoas e incentivando que os moradores expressem seus vínculos com o bairro a fim de resgatar laços que estão enfraquecidos.

Categoria Reserva Biológica do Lami: Essa categoria retrata as relações dos moradores com a Reserva Biológica do Lami. Entre essas relações são tratadas as experiências de interação com a UC, as percepções acerca de diferentes gestões e a necessidade de políticas públicas e recursos.

A RBL foi criada como UC em 1975 e possui hoje 45 anos de história. Muitos moradores no bairro são da região antes mesmo da criação da UC. Dentre os participantes da pesquisa, três moradores vivenciaram o Lami desde antes da existência RBL. Outros moradores fizeram parte do crescimento, desenvolvimento e das trocas de gestão da UC. A maior parte dos respondentes da pesquisa (96%, n=45) afirmam conhecer a RBL, contudo, 34% (n=16) nunca visitou a UC, e apenas 25,5% (n=12) já ouviu falar sobre o PMP da RBL.

As entrevistas retrataram boas experiências de visita e atendimento por parte da RBL. Na descrição dos moradores sobre as atividades nas quais já participaram junto à UC, foram citadas a participação em palestras, vídeos educativos, identificação de animais, trilhas acompanhadas com biólogo, identificação de árvores, reflorestamento da região, parceria de castração gratuita promovida pela RBL e a participação na FCC. Os moradores também relataram o impacto positivo que a participação nessas atividades gerou, como o plantio e valorização de espécies de árvores nativas e a possibilidade de identificação de árvores nos

terrenos. Dentre os entrevistados, três pessoas já estagiaram na RBL, entre os anos de 2015 e 2018, e uma moradora relatou que está estudando para realizar o seu maior sonho, que é trabalhar na UC. Alguns moradores tiveram contato apenas uma vez com a RBL, mesmo que tenham gostado da experiência, e outros tiveram contato apenas com a abertura da atual gestão.

Há uns dois anos atrás, a Reserva foi aberta novamente às pessoas né, então foi quando eu tive a oportunidade de conhecer a Reserva. Achei muito interessante porque antes de sair pra caminhar na Reserva eles passam um vídeo sobre os animais da Reserva, do Lami, falando também sobre o Lami e eu acho esse trabalho muito importante. (Entrevistado 5)

Esse relato indica que por determinado tempo as pessoas não tiveram acesso à UC. As restrições às UCs podem ocorrer dependendo do grupo e categoria em que se enquadram e do posicionamento da gestão em relação ao manejo e conservação da área, algo que se concretizou na RBL do Lami por aproximadamente 12 anos – de 2005 ao início de 2017¹¹. Após a renomada gestão de Cambará, que contava com a participação ativa da comunidade tanto em atividades quanto em decisões relativas à conservação, iniciou-se uma nova gestão¹² que provocou rupturas no cotidiano da comunidade, como a proibição da realização das aulas do Movimento de Alfabetização de Jovens Adultos (MOVA) que ocorria na Casa Verde, sede da RBL (RECHENBERG, 2007). Na época, a mobilização da comunidade contra as medidas restritivas gerou a abertura de um Inquérito Civil¹³ em 2006 pelo não-cumprimento do PMP da RBL. Os moradores entrevistados ressaltaram a importância do contato da RBL com a comunidade e relataram de forma negativa a anterior restrição que permitia apenas o ingresso de pesquisadores e universidades.

A gestora anterior né, ela não tinha um bom relacionamento pelo que eu via assim. Na minha opinião ela afastava um pouco também a comunidade. Era uma coisa assim, um ponto negativo que eu achava. Mas eu vi que quando trocou a gestão daí, né, a Reserva se aproximou muito mais da comunidade, né. Ba, eu acho que mudou bastante. Fiquei muito feliz né, porque é muito importante esse contato com a comunidade, né, a comunidade fazer trilha... Porque antes era restrito, né, mais a pesquisadores e universidades pra fazer a trilha ali. E agora, né, não sei bem como é que ta, mas acredito que a comunidade esteja tendo acesso. (Entrevistado 6)

Foi falado também da barreira existente entre a comunidade e a RBL durante esse período, a quantidade de conflitos nas trocas de gestão e a rigidez e repressão da antiga gestora

¹¹ Em 2004, entre a gestão de Cambará e a gestão de Patrícia, a RBL foi gerenciada pela bióloga Maria de Fátima dos Santos, sendo praticamente uma gestão provisória de transição devido a sua curta duração.

¹² Em 2005 a RBL passou a ser gerenciada pela bióloga Patrícia Witt, permanecendo até 2017.

¹³ Inquérito Civil PI 035/2006 – O inquérito apoia-se no SNUC, que determina a vigência de cinco anos do Plano até que seja feita uma revisão. Neste caso, o Plano havia sido concluído em 2002, e teria por lei sua vigência garantida até 2007. (RECHENBERG, 2007)

com a comunidade. Moradores que estagiaram na RBL relataram como foi a tentativa de reaproximação com a comunidade e os impactos negativos que a antiga gestão causou nessa relação. Os entrevistados chamaram atenção para moradores antigos do Lami que até então não sabiam da existência da RBL devido ao período em que esteve fechada.

Nós íamos nas casas e convidávamos [para ir à Reserva]. Num primeiro momento as pessoas nem abriam as portas quando a gente dizia que era da Reserva, né. Quando ia de uniforme também né, repudiavam assim. Mas eu acho que em função de uma experiência ruim que tiveram no período que a Reserva estava fechada, num período em que tudo era proibido, nada podia. Quando a gente começou esse trabalho de chamar o pessoal nas casas, pra voltarem pra Reserva, no início foi bem difícil e aí depois a própria comunidade no boca a boca foi nos ajudando. A gente pedia pra avisar a vizinhança que a administração tinha mudado, a gestora era diferente, outro tipo de pessoa. A gente procurava mostrar que era outra ideia, outra relação, que a nova gestão era mais preocupada com a comunidade e a boa vizinhança (Entrevistado 9 – E9)

O entrevistado comentou que o Plano de Manejo da RBL dessa época¹⁴ vetou diversos pontos importantes e que ele ainda está sendo modificado e reformulado pelo Conselho da RBL, no qual o morador faz parte. Além das questões normativas e legislativas, em meados de 2006 a FCC, querida por muitos moradores, foi sendo desmontada pela gestão, que desarticulou o projeto negando o acesso de integrantes na RBL e acabando com a autonomia do grupo (RECHENBERG, 2007). Como foi explicitado, o impacto desses anos sob uma gestão excludente não foi pequeno e a pesquisa evidenciou a existência de resquícios dessa gestão ainda na comunidade atual.

Antes eu não tinha relação nenhuma com a Reserva, porque por um bom tempo foi proibido de ficar aberto para moradores ou até mesmo outras pessoas que quisessem ver e conhecer a Reserva, né. Quando entrou um novo pessoal ali, eles resolverem abrir a Reserva e eu achei isso muito bom, porque por incrível que pareça tem muitos moradores que não conhecem a Reserva do Lami né. (Entrevistado 5)

¹⁴ O Plano de Manejo em vigência atualmente é o elaborado na gestão de Patrícia em 2008, com medidas restritivas severas, que vêm sendo revisadas pela nova gestão.

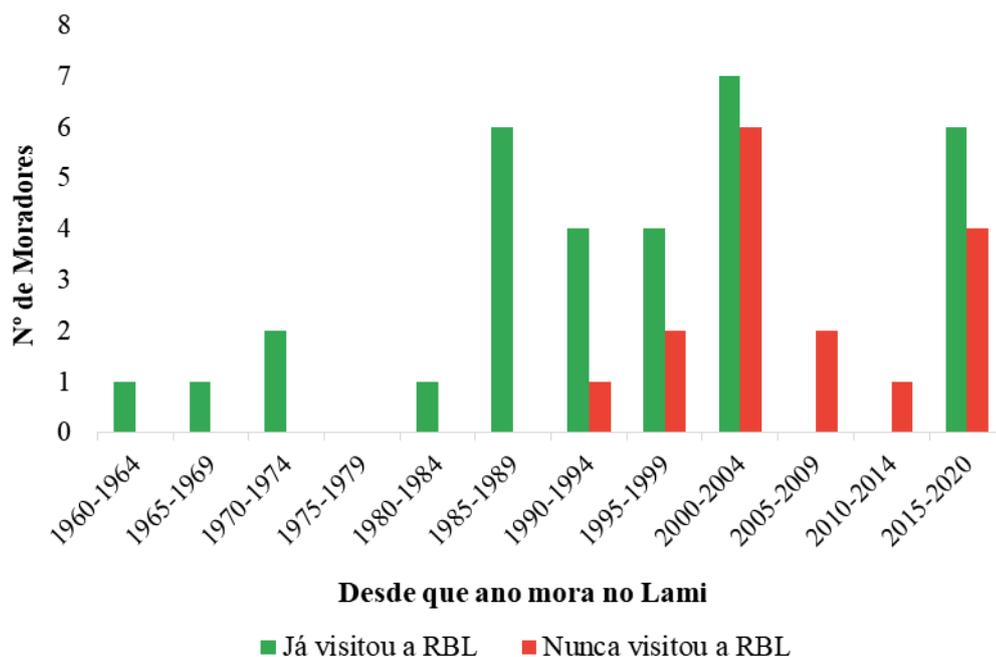


Figura 5: Gráfico representando desde quando os participantes da pesquisa moram no Lami e se já visitaram a RBL ou não.

Realmente, os relatos mostram como os moradores se sentem afastados e excluídos da UC. Os moradores trouxeram questões como falta de interação, comunicação e abertura por parte da RBL. Foram identificados termos usados pelos entrevistados que demonstram a ideia de barreira e distanciamento físico, como *cerca*, *portão* e *porteira*, algo que os amedronta e afasta.

Faz dez anos que eu moro aqui e nunca entrei lá, né. Sempre admirei, passei por fora, já andei de caiaque lá perto, é uma imensidão. Dá vontade de espiar pela cerca, né, todo mundo espia. Então é muito bonito assim mas nunca entrei, gostaria de poder participar. (Entrevistado 1)

Um dos entrevistados comentou também que vivia dentro da RBL na década de 1970, ou seja, antes mesmo de ser definida como uma UC. Após a criação da UC, o morador explicou que a relação ficou limitada e nunca mais entrou no local: “nem sei se pode, se tem acesso né?”. Os moradores afirmam ter vontade de conhecer e fazer parte dos projetos desenvolvidos na UC, e se consideram essenciais para a proteção ambiental local.

Acho que tu tem que frisar isso da interação, porque a Reserva faz parte do bairro, mas o bairro também faz parte da Reserva. (Entrevistado 7)

A gente como morador aqui antigo... eu acho que a Reserva tem que ter esse povo a favor dela né, e não contra. Os moradores são protetores também né. (Entrevistado 7)

Por mais que muitos moradores ainda não conheçam a RBL, todos os entrevistados consideram de extrema importância a existência da UC, e alguns torcem para a ampliação da área devido às ameaças da pressão imobiliária na zona sul de Porto Alegre. Mais uma vez foi enfatizada a escassez e a necessidade de recursos públicos municipais para fiscalizar a região.

Percebe-se, portanto, a conflituosa relação entre os moradores do Lami e a RBL, desde a sua criação até suas decisões políticas e administrativas internas e suas representações para a comunidade. Na análise de Fleury (2010) acerca de conflitos entre populações e Unidades de Conservação,

(...) o conflito se instaura em suas dimensões simbólicas e materiais: na medida em que está de fato em jogo a definição pelo uso do espaço, revela a sua concreticidade; no entanto, não só a partir de critérios racionais este uso pode ser definido, visto que também estão em pauta demandas por sentidos e expectativas conflitantes porque permeadas por múltiplas representações, características dos diversos grupos sociais. (FLEURY, 2010, p. 64)

Apesar de experiências negativas anteriores, é notável o anseio de participação da comunidade nas questões da UC. Os moradores também se veem como parte relevante no bairro e na RBL e acreditam no estreitamento das relações. Os resultados da pesquisa podem servir de apoio para que a RBL tenha amparo na tentativa de reaproximação com a comunidade, estando aberta também às simbologias dos moradores, assim como pode servir de aproximação prévia para parte dos moradores interessados em protagonizar a conservação no bairro de forma democrática e participativa.

Categoria Socioambientalismo: Essa categoria reflete narrativas dos entrevistados referentes às relações entre a natureza do bairro Lami e a comunidade em questão, apresentando mudanças sociais e ambientais no decorrer dos últimos anos.

Nessa categoria predominaram as narrativas a respeito do crescimento do Lami e os impactos socioambientais, bem como o crescimento de conflitos na região. A crescente urbanização da zona sul de Porto Alegre vem impondo, a cada ano que passa, cada vez mais conflitos com as espécies nativas, como vem ocorrendo com os bugios. Dos 15 entrevistados, 11 já presenciaram ou ficaram sabendo de acidentes com bugios na região. Os casos mais citados pelos moradores foram os choques elétricos (sete citações) e o ataque por cães (quatro citações). Entre os anos de 2018 até maio de 2020, o PMU, em parceria com a RBL, identificou 49 acidentes com bugios no bairro Lami, nos quais a maioria dos acidentes também eram choques elétricos e ataques por cães.

Em 2003, o PMU apresentou um processo judicial com base na Lei de Crimes Ambientais (nº 9605/98) citando o aumento dos casos de eletrocussões com bugios no Lami. A

ação resultou no Inquérito Civil nº 21/03 no qual foi julgado que a CEEE deveria isolar os cabos nas áreas críticas, sendo o PMU responsável por indicar essas áreas (LOKSCHIN *et al.*, 2007). A instalação das pontes de corda desenvolvidas pelo PMU também visa reduzir a passagem dos bugios pela fiação. Até hoje o PMU, juntamente com a RBL, indica os pontos críticos para o encapamento dos fios pela CEEE e realiza as manutenções nas pontes. Entretanto, diversas vezes os animais são eletrocutados antes de os fios desencapados serem percebidos, necessitando que ocorra algum acidente para que a CEEE seja notificada.

Dessa forma, o número de casos recentes de eletrocussão continua alto, sendo necessário pensar em novas estratégias de conservação, preferencialmente com o apoio e mobilização da comunidade. Uma das alternativas possíveis seria a responsabilização da própria CEEE pelo encapamento dos fios nas regiões urbanas onde se tem ocorrência de bugios, evitando eletrocussões em áreas pontuais onde os fios não estão encapados. Outra forma possível seria estabelecendo uma rede de monitoramento com os moradores para que auxiliassem na indicação dos pontos críticos.

Quanto à alimentação dos macacos, os entrevistados comentaram que em geral as pessoas não costumam alimentar os bugios na região, apesar de dois moradores relatarem que já ofereceram frutas, porém os animais não se interessaram. Outro entrevistado comentou que evita ter muito contato para que os animais não invadam o espaço das casas na tentativa de pegarem comida, recomendação frequente do PMU na região. Outras questões como febre amarela e atropelamentos também foram relatadas pelos entrevistados, mas em menor número.

A gente nunca incentivou nada, tipo deixar algum alimento, ou alguma coisa assim, até por a gente ser leigo e ouvir muito assim: “Ah, se ficar dando comida eles vão querer entrar pra dentro de casa...”. Ou querer andar por cima dos telhados e quebrar as telhas das casas. Então a gente sempre respeitou o lado deles pra que eles respeitem o nosso. (Entrevistado 12)

Conflitos diretos com a população são menos comuns, mas ocorrem em alguns casos específicos, como o destelhamento das casas quando os bugios usam os telhados como passagem ou como quando os bugios arrebatam fios de internet ou telefone, também utilizando-os como passagem. Além disso, as questões de caça e maus tratos foram relatadas por alguns moradores como algo que ainda ocorre na região de forma ilegal.

Uma vizinha aqui na outra casa ela falava que [os bugios] sempre iam muito na casa dela e sujavam tudo. Aí ela tinha que tocar eles. Um dia tava caminhando ali e tinha um senhor tocando eles, que tavam nos fios, né, da internet da casa dele. “Ah arrancam todo fio da internet, tem que tocar eles daqui...” (Entrevistado 11)

Na minha época também existia isso de entrarem lá pra caçar, mas como o Lami todo era uma reserva praticamente, não era específico. Hoje eles procuram mais lá [RBL] pra caçar de barco porque claro, é ali que se encontra o refúgio né. (Entrevistado 15)

Ainda referente ao crescimento do bairro, vê-se atualmente a transformação de remanescentes de matas e campos nativos em invasões irregulares, seja para o lucro por empresários ou famílias ricas da região, seja para o simples direito à moradia da população de baixa renda. De acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB) (PORTO ALEGRE, 2010), a Macrozona 8 se tornou um local alternativo para o assentamento de núcleos habitacionais de significativa parcela da população, através de vilas e loteamentos clandestinos. Dentre os entrevistados, cinco pessoas mencionaram o crescimento dos loteamentos ilegais como um problema para a região.

Até conheço quem faz isso [loteamentos irregulares]. Ele abre uma rua ali, diz que vai botar água, luz, e vende por 1.000, 2.000 reais um terreno. E aí as pessoas que não tem muitas condições compram né, e aí começa a virar vila. Hoje o Lami já é vila praticamente. E isso aí houve muito desmatamento nessa parte onde na minha época era mata. (Entrevistado 15)

Há certa preocupação por parte dos moradores com os rumos do bairro em relação à segurança e o aumento do tráfico de drogas. De acordo com Ferreira & Penna (2005), “a violência costuma ser relacionada à pobreza, à exclusão social, à omissão do Estado, ausência de serviços públicos urbanos e ao próprio processo de urbanização que cria os enclaves de pobreza e as periferias”. Os autores também afirmam que o espaço urbano se forma de maneira excludente, desigual e injusta, coerente com a lógica capitalista do desenvolvimento das cidades. Os loteamentos e sobreposições de populações no Lami são percebidos por moradores antigos no aumento de roubos, de violência, na vinda de moradores estranhos e no partilhamento de terrenos (RECHENBERG, 2007).

O que a gente percebe às vezes, no ver as outras pessoas falando, é que a bandidagem já tá chegando ali, tem uns lugares no entorno que têm invasões, e a gente não sabe se vão fazer tráfico de drogas, destruir a natureza em volta, essas coisas assim... (Entrevistado 12)

Outro fator apresentado pelos moradores e relacionado diversas vezes com os loteamentos foi o excesso de desmatamentos, sendo mencionado por seis entrevistados distintos. Um dos entrevistados contou que as invasões ocorrem da noite para o dia e em algumas situações têm pessoas que invadem apenas para vender e lucrar com as partes de terra. Os moradores sentem o desmatamento e os loteamentos se alastrarem pelo bairro, alterando a configuração espacial e socioambiental da região. Contudo, a população pobre e sem amparo que migra para a região acaba ficando em posição delicada em relação aos moradores mais

antigos do bairro, sendo vistos muitas vezes como indesejados na região, ou até mesmo responsáveis pelo atraso econômico do bairro.

Aumentaram muito as invasões, e a qualidade “humana” nem sempre é das melhores, né. Vem muita coisa ruim daí, (...) mas o progresso traz isso também. Começaram a pipocar aqui e ali assaltinhos, tiros, uma coisa que não existia antes. (Entrevistado 7)

É possível atuar nos territórios periféricos para que se tornem resistentes à ampliação da pobreza, da exclusão e da violência através do fortalecimento das potencialidades da população local, bem como a organização das comunidades e a construção do desenvolvimento social dos moradores (FERREIRA; PENNA, 2005). Essa organização seria favorável tanto para os moradores novos quanto para os moradores mais antigos, em defesa da valorização social e natural do bairro para uma conservação ambiental comprometida com a justiça social, ou, como afirma Auyero (2011), “é crucial colocar a (in)justiça ambiental no centro das análises (...) juntamente com renda, emprego, educação e outras variáveis convencionais”. Portanto, a conservação da região não diz respeito apenas a biólogos e profissionais da área ambiental, da mesma forma que os loteamentos irregulares não dizem respeito somente a pesquisadores das áreas humanas e sociais. Todas essas questões estão interligadas e devem ser estudadas de forma interdisciplinar.

Problemas de conservação são sociais e econômicos, e não científicos, ainda que seja tradicionalmente esperado que os biólogos os resolvam. A pesquisa é fácil, a conservação mais decididamente não é. [...] Raramente inequívocas, as questões ambientais envolvem, muitas vezes, ambiguidade moral. Em vez de ser apenas um biólogo, algo para o qual fui treinado, eu também devo ser educador, diplomata, captador de recursos, político, antropólogo... (SCHALLER, 2007, p. 24 *apud* FRANCO, 2013)

Categoria Representações do Bairro: Essa categoria expressa o lado tranquilo, sossegado e repleto de natureza do bairro Lami. Contudo, também retrata o contexto do crescimento brusco do bairro, as alterações geradas pela urbanização e o medo proveniente dela. Por fim, expressa a necessidade de repensar as atrações para a região, como a própria “praia do Lami”, para se ter novamente turismo e comércio local.

Assim como expresso na nuvem de palavras anteriormente, há uma predominância de características positivas em relação ao bairro. Os moradores relataram o sossego e tranquilidade da região, enfatizaram a importância da orla no Lami além de definirem o bairro como um paraíso. Apesar dos conflitos mencionados anteriormente, percebe-se nos moradores um sentimento incondicional pelo bairro, que passa a sensação de bucolismo e nostalgia de tempos anteriores ainda mais tranquilos. Para Nobre (2011), é possível garantir o caráter bucólico do

bairro Lami aliando benefícios contemporâneos. O autor cita fatores como investimento e interesse do poder público, manutenção ou incrementação de atividades profissionais sustentáveis (como pesca artesanal e agricultura ecológica) e garantia do caráter identitário e cultural como estratégias possíveis. Os moradores percebem no Lami certa singularidade, ou seja, aspectos encontrados apenas no Lami, sendo um elemento que os motiva muito a permanecer na região.

Tudo aqui é uma riqueza de verde, ar puro, macaco, capivara, lagarto do papo amarelo, uns bichos, uns pássaros coloridos que jamais tinha visto. O Lami oferece coisas que tu só vê aqui, onde tu vai ver isso no centro de Porto Alegre, né? (Entrevistado 7)

É o que eu te falei né, não pretendo ir embora daqui. E eu tenho uma visão assim que na minha rua as pessoas que moram, já moram há muitos anos e não têm vontade de sair. (Entrevistado 5)

Apesar dos comentários acerca dos loteamentos irregulares e do desmatamento, os moradores sinalizaram o lado positivo do crescimento da região, enfatizando uma melhor estrutura, com mais mercados e farmácias, que facilitaram o dia a dia da população. Mesmo assim, o crescimento excessivo incomoda os entrevistados devido à pressão imobiliária e à ameaça de descaracterização da ruralidade do Lami.

E a zona sul, o que cresceu de prédio de tudo que é jeito, e tem prédios e prédios... Daqui a pouco chega no Lami, pessoal derrubando tudo e construindo. (Entrevistado 7)

Uma coisa que me assusta um pouco aqui é esse comércio todo assim. É assustador, porque eu vim pra cá procurando uma característica mais rural assim, mais sossegada, né. E no fim tem bastante comércio novo, o que é bom, mas tem que ter um cuidado com o meio ambiente também né. (Entrevistado 6)

A conservação dos biomas, da paisagem e dos ecossistemas é um elemento novo que compõe o desenvolvimento rural, colocando a gestão ambiental em contato com a economia (SHIKI; SHIKI; ROSADO, 2015). Os moradores parecem buscar o desenvolvimento do comércio local para o bem-estar da população ao mesmo tempo em que se possibilite práticas de conservação e garanta características culturais da região, pois há um certo medo por parte dos entrevistados de que o Lami acabe sendo “engolido” pela urbanização de Porto Alegre, perdendo sua identidade. De acordo com Souza (2017), o socioambientalismo influenciou na criação de políticas ambientais e no desenvolvimento econômico e rural recentemente, porém ainda estão atreladas a lógica capitalista, na qual prevê o desenvolvimento técnico-científico associado ao desenvolvimento socioeconômico, com o intuito de alcançar o progresso e o crescimento.

Tem que lutar pra continuar assim, né, com melhorias mas que isso não atrapalhe a natureza né. Eu tenho um pouco de medo do progresso por causa disso né, porque às vezes o progresso vem pra tirar a natureza né. (Entrevistado 5)

O que os moradores mostram, também, é que os comércios locais podem ser favoráveis para a conservação da região. O Lami tem um potencial turístico gigante, conhecido antigamente por não haver espaço entre os veranistas que frequentavam o bairro. Hoje a renda do bairro referente às visitas é quase inexistente, e desestimula o comércio local.

Ali hoje tá um lugar atirado. As pessoas não conseguem sobreviver do comércio, é muito fraco em relação ao que era. (Entrevistado 3)

Ao longo das entrevistas foi sendo percebido um conflito com opiniões bastante decididas em relação à praia do Lami. De acordo com a SMURB, o bairro Lami é o grande destaque da zona sul por ter sido a primeira praia de Porto Alegre a ser despoluída, em 1992 (PORTO ALEGRE, 2010), atraindo significativo número de pessoas para a região. Antigamente toda a orla do bairro possuía areia e formava uma grande praia para turistas e moradores da região. Atualmente, a praia do Lami é composta por areia apenas no trecho de orla mais afastado da RBL. O restante da orla possui a vegetação que compõe a mata ciliar do Guaíba, fator que não agrada grande parte dos entrevistados. De acordo com os moradores, a praia deveria ser “limpa” novamente, pois hoje o Lami já não é mais reconhecido como praia por visitantes.

Hoje não é mais praia. Falam praia do Lami mas aquilo lá virou um mato, a beira. E assim, eu não gostaria, não precisa tirar toda a vegetação, mas que criasse nichos de praias. (Entrevistado 15)

Esse conflito foi o mais relatado como algo que os moradores gostariam de mudar no bairro. Os entrevistados sentem a necessidade de ter mais atrações no Lami novamente, para movimentar a região e ao mesmo tempo promover ações de conservação e EA. Atualmente, as praias do Parque Estadual de Itapuã (PEI) vêm sendo aproveitadas por inúmeros visitantes, enquanto o Lami acaba esquecido pela população e pelo município, que dificulta o repasse de recursos para inviabilizar o sucesso de uma gestão comprometida com a natureza e com a sociedade.

Aqui no Lami poderia ser feito esse tipo de trabalho, abrir a praia onde as pessoas viessem, onde o comércio, como se diz, fluisse novamente, entendeu? Pro pessoal vir e conhecer a Reserva, explicar essa relação que o povo pode ter com o meio ambiente, entendeu? (Entrevistado 3)

Ainda assim, é uma questão delicada pois trata-se de uma área próxima à RBL que abriga fauna e flora da região. De acordo com um dos entrevistados, a atual gestão da RBL pensou, em conjunto com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), uma

maneira de fazer entradas para o pessoal ter acesso à água, mas não houve acerto com a população.

Eu sou a favor da preservação ali do corredor da orla, mas eu acho que tem que haver um retorno maior pra comunidade, pra que a comunidade possa dar uma contrapartida, vamos dizer assim. E tem que incentivar as pessoas a fazerem os corredores nas ruas principais, onde já foi muito destruído e compensar e abrir um pouco ali embaixo pra ter acesso a praia... A própria comunidade fala muito isso né, nas reuniões do OP surge esse assunto bastante. O pessoal pede muito que a praia seja “limpa”, não é sujeira né, não é lixo, mas eles pedem a “limpeza da orla” que não é lixo né, é a mata mesmo. É uma visão “errada” e um posicionamento, na nossa concepção, errado, mas que eles não deixam de estar certos. Ouvi muito falar também em relação a preservação que o pessoal se sente incomodado por causa do comércio que tinha na beira da praia, barzinhos, mercadinhos, açougues, isso tudo acabou sendo vetado em função da área de preservação né. Então isso é uma reclamação geral de quem tinha comércio ali. (Entrevistado 9)

São descritos, portanto, conflitos de interesses entre a vontade dos moradores e as atribuições da RBL. Para a solução de conflitos dessa natureza, é necessário adotar métodos participativos que permitam o empoderamento das populações locais, sendo necessário considerar que “nem o conhecimento dos peritos nem o das comunidades-alvo são produtos estanques, sendo um verdadeiro e o outro falso ou um racional e o outro irracional” (GUIVANT, 2002). De acordo com a autora:

O importante nas estratégias participativas seria entender os pressupostos de ambos os tipos de conhecimento com vistas a gerar condições de negociação satisfatórias. Tanto é preciso questionar os pressupostos sobre o papel do conhecimento científico/técnico dos peritos quanto os pressupostos assumidos pelas populações-alvo (considerando-se, no interior destas, as diferenças sociais e econômicas que possam existir). (GUIVANT, 2002, p. 82)

Para tanto, é necessário estreitar os vínculos entre a comunidade do Lami e a RBL, de tal forma que possibilite uma relação de confiança entre ambas as partes. Essa aproximação não geraria resultados apenas nesse conflito específico, mas também resultaria em credibilidade para a RBL ter o apoio da comunidade nas questões ambientais do bairro, enquanto que a comunidade teria mais amparo para expor suas necessidades. Nota-se que, no geral, há uma preocupação dos moradores do Lami em manter a natureza e propiciar um desenvolvimento local que melhore a qualidade de vida da população. Portanto, a RBL, com suas atribuições, pode se fortalecer como UC consolidando cada vez mais vínculos com os moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os moradores do bairro Lami que participaram da pesquisa expressaram uma relação majoritariamente positiva com os bugios, proporcionando encantamento e possibilidade de união entre as pessoas. Além disso, os moradores reconhecem e se preocupam com a gravidade dos acidentes com bugios na região, principalmente por motivos de eletrocussão e ataque por cães. Foi percebido, também, que apesar de grande parte dos moradores não conhecer formalmente o PMU, os moradores estão familiarizados com as atuações do grupo, como a instalação das pontes de corda. Os participantes ainda relataram diversas vezes ações de conservação individuais e coletivas realizadas por eles de forma autônoma. Pensa-se, portanto, na importância de divulgação do PMU para a comunidade do Lami, a fim de possibilitar o contato direto com os moradores para o acompanhamento e auxílio nas questões referentes à conservação dos bugios.

A potencialidade das estratégias de conservação participativa no bairro é enorme e, mesmo sem o desenvolvimento de projetos contínuos, os moradores se envolvem com a conservação dos macacos. Neste sentido, evidencia-se cada vez mais que é preciso desenvolver projetos contínuos bem planejados de conservação participativa no bairro, desenvolvidos com presença de moradores, profissionais do campo da conservação dos bugios e, também, àqueles vinculados aos princípios da educação para conservação, visto que o resultado pode influenciar diretamente na diminuição dos acidentes com bugios e na maior organização dos moradores para a conservação da região. É importante ressaltar que a ação investigativa dessa pesquisa também refletiu em uma ação educativa para os moradores da região, convidando-os a rememorem e narrem suas relações com o bairro. A pesquisa dá um passo importante para proporcionar espaços de diálogo para o conhecimento de universos simbólicos de determinados grupos, onde emerge a necessidade de escuta, abertura e respeito pelo que as pessoas têm a dizer e se propõe a compartilhar. Esse diálogo possibilita e potencializa o estabelecimento de vínculos afetivos e implica na confluência de universos simbólicos distintos que se transformam e se hibridizam entre eles, configurando, portanto, um processo de dimensão educativa. A partir desse exercício inicial, é possível pensar em mais ações de EA que viabilizem a construção coletiva e individual de sentidos através das histórias e comentários verbalizados, que passam a ser ressignificados, não só pelos moradores, mas também pela pesquisadora.

Quanto à relação dos moradores com a RBL, foi evidenciado que a comunidade se importa com a UC e com o que ela representa para a conservação da região. A parte das pessoas que já teve contato com a RBL relata experiências positivas, de aprendizado e acolhimento.

Contudo, o fechamento da RBL por aproximadamente 12 anos resultou no afastamento dos moradores, que até hoje sentem-se pouco convocados para participar ativamente da RBL. A ampliação das estratégias participativas precisa ser repensada tendo nos contextos socioambientais atuais um recurso indispensável junto às UCs e suas comunidades locais, incentivando negociações, reconhecimentos, processos de comunicação mais ou menos tecnologizados em coerência às geografias e possibilitando seu empoderamento coletivo (GUIVANT, 2002).

Constatou-se também que tanto moradores antigos quanto moradores mais recentes se sensibilizam com a questão ambiental da região, mas em geral sentem falta de mais mobilização da comunidade. Há, certamente, uma preocupação com o crescimento da região, que culmina em desmatamentos e loteamentos irregulares. Entretanto, a preocupação de um desenvolvimento do bairro que possibilite igualmente a conservação da região se mostrou uma demanda requisitada entre os entrevistados. Ao contrário da visão preservacionista de intocabilidade dos recursos naturais, é viável e necessário pensar em formas de promover a economia local associada à conservação da região, com planejamento, participação popular e participação da RBL. É necessário, pois, que entendamos a quem os programas de desenvolvimento rural sustentável e participativo beneficiam no interior das comunidades (GUIVANT, 2002), desenvolvendo assim, projetos de integração social e ambiental que visem o envolvimento de variados atores sociais, incluindo os pertencentes a distintas classes sociais, proporcionando as condições favoráveis ao desenvolvimento social dos moradores e à construção democrática da justiça socioambiental.

Nobre (2011) expressa que o Lami é um bairro com “cada vez mais ares de periferia, no sentido físico e figurativo, em detrimento de características rurais e pesqueiras, demonstrando uma identidade própria com aspectos peculiares que devem ser mais estudados”. A população de fato vem mudando e é fundamental que as instituições de pesquisa e extensão preparem cientistas e extensionistas para lidar com desafios de forma realista acerca das relações sociais, das relações entre sociedade e natureza e do papel das ciências sociais (GUIVANT, 2002). A conservação na região vem sendo proposta, porém faltam recursos para o desenvolvimento de projetos maiores.

A própria RBL conta com o repasse de verba por parte do município e a redução do quadro de servidores é temerário. O PMU vem atuando na região sem a captação de recursos públicos e de forma totalmente voluntária. Diversos moradores relataram a falta de políticas públicas para a região que poderiam influenciar na fiscalização ambiental, na infraestrutura do bairro e na promoção de eventos culturais. Portanto, apesar de o Lami ter potencialidade de

sobra para exercer a conservação participativa e a promoção de um desenvolvimento rural sustentável voltado para a comunidade local, o mínimo investimento público e as desigualdades sociais são barreiras a serem superadas por meio de movimentos políticos e ações educativas que devem ser fundadas em bases ecológicas, sociais e culturais da existência coletiva, defendendo os espaços públicos e o bem-estar da população e promovendo a cidadania da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**, 5ª Edição revista e ampliada, Martins Fontes, São Paulo, 2007.
- ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 18, p. 39–59, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v18i0.13423>
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 9, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>>
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS, [s. l.], n. 53, p. 35–78, 2002.
- AUYERO, Javier. Vidas e Política das Pessoas Pobres: as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. **Sociologias**, [s. l.], v. 13, n. 28, p. 126–164, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1517-45222011000300006>>
- AZEVEDO, J.M.L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores associados. Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 56. 1977. 75p.
- BAPTISTA, Marcela Meneghetti *et al.* Traditional botanical knowledge of artisanal fishers in southern Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 1, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/1746-4269-9-54>>
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. [S. l.: s. n.], 1977. ISSN 1098-6596.v. 22E-book.
- BRASIL. 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em: 02 mai. 2021.
- BUSS, Gerson *et al.* A abordagem de espécie-bandeira na Educação Ambiental: estudo de caso do bugio-ruivo (*Alouatta guariba*) e o Programa Macacos Urbanos. **Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente**, [s. l.], n. December 2015, p. 165–185, 2007.
- BUSS, Gerson; LEITE, Sérgio Luiz de Carvalho; BRUTTO, Luís Fernando Guimarães. O novo Plano Diretor e a conservação do bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans* Cabrera, 1940) no município de Porto Alegre, Rs. **A Primatologia no Brasil**, [s. l.], v. 9, n. April, p. 169–178, 2008.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Diretoria de Educação Ambiental – LAYARGUES, P. (org.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 13–24.
- CIDADE, Lucia Cony Faria. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. **Terra Livre, São Paulo**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 99–118, 2001.

DICKMANN, Ivo; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Paulo Freire e Educação ambiental: contribuições a partir da obra *Pedagogia da Autonomia*. **R. Educ. Públ.**, [s. l.], v. 21, n. 45, p. 87–102, 2012.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Mauricio. Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico colombiano. *In: Semear outras soluções - Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. SANTOS, B.S.S. (org.) Rio de Janeiro: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 2005. p. 343–374.

FERREIRA, Ignez; PENNA, Nelba. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo**, [s. l.], v. Nº 18, p. 155–168, 2005.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. Disputas pela legitimação de lógicas de uso e apropriação do meio natural: conservação ambiental, representações e conflitos no entorno do Parque Nacional das Emas – GO. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 37–68, 2010.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: Conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, [s. l.], v. 16, n. 35, p. 34–82, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003>>

FRANCO, José Luiz De Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. **História (São Paulo)**, [s. l.], v. v. 32, n. n. 2, p. 21–48, 2013.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2ª ed. Brasília: [s. n.], 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anca/MST, 2004. 143 p.

GARCIA, Clarissa Maroneze; MIRANDA, Macklaine Milethosilva. A Paisagem como local de interação social: A orla do Guaíba em Porto Alegre - RS - Brasil. **Ix Colóquio Quapá-Sel**, [s. l.], p. 20, 2014.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. *In: Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Diretoria de Educação Ambiental – LAYARGUES, P. (org.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25–34.

GUIVANT, Julia S. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], n. 19, p. 72–88, 2002. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/220>>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br/resultados.html> Acesso em: 7 mai. 2021

JACOBSON, Susan Kay; McDuff, Mallory D. and Monroe, Martha C. **Conservation Education and Outreach Techniques**. Oxford University Press. 480pp. 2006.

JARDIM, M.M.A. **Ecologia populacional de bugios-ruivos (*Alouatta guariba*) nos municípios de Porto Alegre e Viamão, RS, Brasil**. 124 f. 2005. - Universidade Estadual de Campinas, [s. l.], 2005.

JERUSALINSKY, Leandro *et al.* Primatology in southern Brazil: a transdisciplinary approach to the conservation of the brown-howler-monkey *Alouatta guariba clamitans* (Primates, Atelidae). **Iheringia. Série Zoologia**, [s. l.], v. 100, n. 4, p. 403–412, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0073-47212010000400015>>

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Editora 34ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1994.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Re)conhecendo a educação ambiental brasileira. *In*: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Diretoria de Educação Ambiental – LAYRARGUES, P. (org.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 7–9.

LEFF, Enrique. Political Ecology: a Latin American Perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 35, p. 29–64, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>>

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 145–163, 2009. Disponível em:

<http://unifor.summon.serialssolutions.com/2.0.0/link/0/eLvHCXMw3V1JbxMxFLaaglAviLKEskgcRINmH2pxAHStEWAhEhA3CLP2IOCSNzO0t8D4gAXfsX8Md7z7F0uwAkpydhjy86Lv3n-Yr_3TIhtTQz9nE4A2uEylzvcF6EX-wYHrPCAIyqxQ9-IcGX76IP9ZubNZ9Zia9REzenu_Q8Dr0w21P63rz5tqbF1VLs9xtXO-AGu>

LOKSCHIN, Luisa Xavier *et al.* Power lines and howler monkey conservation in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. **Neotropical Primates**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 76–80, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1896/044.014.0206>>

MACEDO, Silvio S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século – 1990-2010**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 47, n. 165, p. 1044–1066, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053143988>>

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**, [s. l.], n. April 2001, p. 190–231, 2001.

MITTERMEIER, Russell A. *et al.* Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, [s. l.], v. 49, n. 1, 2005.

MUCCHIELLI, Roger. **L'Analyse de Contenu des Documents et des Communications: connaissance du problème: applications pratiques**. Entreprise moderne d'édition, 1974.

NOBRE, Érita Lima. **As tafonas do bairro Lami, zona sul de Porto Alegre, RS.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Trabalho de Conclusão de Curso. 2011.

NODARI, Rubens Onofre; NODARI, Eunice Sueli; FRANCO, José Luiz De Andrade. Uso e conservação da biodiversidade: As duas faces da moeda. **Fronteiras**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 11–16, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.21664/2238-8869.2016v5i3.p11-16>>

ORLANDI, Eni P. O discurso da educação ambiental. In: **Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos.** TRAJBER, R.; MANZOCHI, L. H. (Coords.). São Paulo: Gaia, 1996. p. 37-58.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 24, 2011.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Plano de manejo participativo da Reserva Biológica do Lami.** PRINTES, R.C. (Org.). Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2002.

PORTO ALEGRE. **As caras da Cidade 8** – Cidade Rururbana. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2010. Disponível em:

<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=9&p_secao=193>

Acesso em: 7 mai. 2021

PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.** Secretaria do Planejamento Municipal. Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, atualizada e compilada até a Lei Complementar nº 667, de 3 de janeiro de 2011, incluindo a Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010. 2011. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf> Acesso em: 7 mai. 2021

PRINTES, Rodrigo Cambará *et al.* The Urban Monkeys Program: A survey of *Alouatta clamitans* in the South of Porto Alegre and Its influence on land use policy between 1997 and 2007. **Primate Conservation**, 25: 11 - 19. 2010.

PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre. Observando o bairro – Breve análise sobre os bairros de Porto Alegre: Lami. **Observatório da Cidade de Porto Alegre** – **ObservaPOA**, 2017. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/bairro_lami_oficial.pdf> Acesso em: 7 mai. 2021

RECHENBERG, Fernanda. “ **VAMO FALÁ DO NOSSO LAMI** ”: **Estudo Antropológico sobre Memória Coletiva , Cotidiano e Meio Ambiente no bairro Lami , Porto Alegre .** 223 f. 2007. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [s. l.], 2007.

SAMMARCO, Yanina Micaela; PRINTES, Rodrigo Cambará. Desenvolvimento de uma escola-pólo em educação ambiental: a conservação do bugio e seu hábitat. In: **Educação Ambiental: vários olhares e várias práticas**. SAMMARCO, Y.; SILVA, F.; KINDEL, E. (Org.) Ed. Mediação, Porto Alegre. pp.71-78. 2004.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SCHALLER, George B. **A Naturalist and Other Beasts: Tales from a Life in the Field**. Sierra Clued. San Francisco: [s. n.], 2007. v. 102

SHIKI, Shigeo; SHIKI, Simone de Faria Narciso; ROSADO, Patrícia Lopes. Políticas de pagamento por serviços ambientais no Brasil: avanços, limites e desafios. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Porto Alegre: Editora UFRGS. 2015. p. 281–310.

SOUZA, Dina Ferreira de. **Movimento (socio)ambientalista e o processo de estruturação da política ambiental no estado do Rio Grande do Sul: em busca da gênese do socioambientalismo**. 2017. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [s. l.], 2017.

TEIXEIRA, Fernanda Zimmermann *et al.* **Educação para conservação do bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans*) em Porto Alegre, RS**. [S. l.: s. n.], 2011.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo; ARAUJO-JORGE, Tania. Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais : novas perspectivas e resultados preliminares. **Atas - Investigação Qualitativa em Saúde**, [s. l.], v. 2, p. 41–48, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/39smdzy>>

APÊNDICE 1: Questionário virtual.

Modelo Questionário Virtual

Caro participante,

Gostaríamos de solicitar sua contribuição na pesquisa relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *Conservação do bugio-ruivo no extremo-sul de Porto Alegre: vínculos afetivos e relações socioambientais entre a comunidade local e a Reserva Biológica do Lami*, que está sendo realizado pela estudante-pesquisadora Júlia Gomes Ilha como parte que finaliza o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação da Dra. Fernanda Zimmermann Teixeira e da Professora Dra. Heloisa Junqueira.

O objetivo dessa pesquisa é investigar as relações socioambientais estabelecidas entre os moradores do bairro Lami, extremo sul do município de Porto Alegre, e a Reserva Biológica do Lami, priorizando a identificação de possíveis vínculos afetivos com o bairro e as prováveis ações de conservação do bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans*), expressos através de suas percepções sobre o ambientalismo local. Pretende-se, assim, identificar desejos e necessidades da comunidade em relação ao ambiente em que vivem, discutindo e analisando processos relacionados à afirmação do pertencimento e autonomia dos moradores locais para a conservação da região. A partir da concordância em participar e assinar o TCLE, os sujeitos da pesquisa responderão questionários em um tempo de 15min, aproximadamente. Tendo em vista a relevância dos dados para esta pesquisa, solicito sua autorização para uso de suas respostas. Os benefícios dessa pesquisa são indiretos, contudo, os resultados obtidos poderão gerar uma importante e significativa análise no sentido de valorizar as relações socioambientais e, em especial, os movimentos de conservação do bugio-ruivo. Os riscos relacionam-se com os cotidianos dos moradores e seus tempos disponíveis, bem como a possibilidade de acharem muito longo o questionário.

Destaca-se que a participação dos moradores nesta pesquisa é **voluntária** e que há o comprometimento da Universidade e do pesquisador em respeitar os valores éticos inerentes a este tipo de pesquisa, afirmando que os dados obtidos estarão resguardados em sigilo e que nenhum nome ou dado pessoal será citado no trabalho.

() Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa. Estou ciente que, por se tratar de um questionário on-line, respondê-lo significa que concordo em participar da Pesquisa.

1. Nome completo
 - a. Resposta livre
2. Idade
 - a. Resposta livre
3. Escolarização
 - a. Ensino Fundamental incompleto

- b. Ensino Fundamental completo
 - c. Ensino Médio incompleto
 - d. Ensino Médio Completo
 - e. Ensino Superior Incompleto
 - f. Ensino Superior Completo
 - g. Pós-graduação
- 4. Profissão**
- a. Resposta livre
- 5. Endereço**
- a. Resposta livre
- 6. Há quanto tempo tu moras no bairro Lami?**
- a. Resposta livre
- 7. Por que foste morar no Lami? (múltipla escolha)**
- a. Boa vizinhança
 - b. Natureza do bairro
 - c. Familiares
 - d. Valor dos imóveis
 - e. Localização (próximo do trabalho, escola e afins)
 - f. Qualidade de vida
 - g. Outros: _____
- 8. O que representa pra você o bairro Lami?**
- a. Resposta livre
- 9. Você já viu um bugio?**
- a. Sim
 - b. Não
- 10. Costuma ver os bugios nos arredores do bairro?**
- a. Sim
 - b. Não
- 11. Você já viu alguma ponte de corda pelo bairro?**
- a. Sim
 - b. Não
- 12. Você conhece o Programa Macacos Urbanos da UFRGS?**
- a. Sim
 - b. Não

- 13.** Já ouviu falar na Reserva Biológica do Lami?
- Sim
 - Não
- 14.** Já fez ou faz parte de algum grupo de moradores?
- Sim. Qual? _____
 - Não
- 15.** Que tipo de interações tu tens com os vizinhos?
- Não conheço os vizinhos
 - Conheço os vizinhos, mas não costumamos conversar
 - Conheço os vizinhos, mas conversamos só sobre os problemas do bairro
 - Conheço os vizinhos e conversamos regularmente
 - Minha relação com os vizinhos é praticamente familiar
- 16.** Já visitou a Reserva Biológica do Lami?
- Sim
 - Não
- 17.** Já ouviu falar do Plano de Manejo Participativo da Reserva Biológica do Lami?
- Sim
 - Não
- 18.** Quais dessas características são importantes no bairro para ti? (múltipla escolha)
- Asfaltamento
 - Orla
 - Churrasqueiras
 - Bugios
 - Reserva Biológica do Lami
 - Vizinhança
 - Natureza
 - Localização
 - Bares
 - Tranquilidade
 - Emprego
 - Pesca
 - Tratamento de esgoto
 - Coleta de lixo
 - Outros: _____

APÊNDICE 2: Termo de consentimento livre e esclarecido a ser preenchido e assinado por todos os participantes das entrevistas presenciais.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro participante,

Gostaríamos de solicitar sua contribuição na pesquisa relativa ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *Conservação do bugio-ruivo no extremo-sul de Porto Alegre: vínculos afetivos e relações socioambientais entre a comunidade local e a Reserva Biológica do Lami* que está sendo realizado pela estudante-pesquisadora Júlia Gomes Ilha como parte do curso de Ciências Biológicas - Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com orientação da Dra. Fernanda Zimmermann Teixeira e da Dra. Heloisa Junqueira.

O objetivo dessa pesquisa é investigar as relações socioambientais estabelecidas entre os moradores do bairro Lami e a Reserva Biológica do Lami, priorizando identificar possíveis vínculos afetivos com o bairro e ações relativas à conservação dos bugios-ruivos, através de suas percepções sobre o ambientalismo local. Pretende-se, assim, identificar necessidades e desejos da comunidade em relação ao ambiente em que vivem, analisando e contribuindo ao processo de construção da autonomia nos moradores locais para a conservação da região. A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com moradores do bairro Lami, mediante sua concordância em participar. As entrevistas serão realizadas no próprio bairro, seja no quintal das casas ou nas calçadas, não necessitando deslocamento por parte dos moradores e deverão durar aproximadamente 1 hora. Tendo em vista a relevância dos dados para este trabalho, solicito sua autorização para uso das respostas à entrevista nesta pesquisa. O risco em participar dessa pesquisa é cansaço ao ser entrevistado, permitindo com que o morador desista da participação a qualquer momento. Os benefícios dessa pesquisa são indiretos, contudo, podem gerar uma análise interessante para os moradores locais que se interessam pela conservação do bairro Lami e desejam nutri-la cada vez mais.

Destaca-se que a participação dos entrevistados nesta pesquisa é **voluntária** e que há o comprometimento da Universidade e do pesquisador em respeitar os valores éticos inerentes a este tipo de pesquisa, afirmando que os dados obtidos estarão resguardados em sigilo e que nenhum nome ou dado pessoal será citado no trabalho. Os documentos referentes às entrevistas serão guardados por 5 anos sob a responsabilidade da pesquisadora principal na UFRGS.

Assinatura da Pesquisadora
(julia.gomes.ilha@gmail.com)

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500 - Campus do Vale/UFRGS
Bloco IV - Prédio 43433 - Sala 208
Comissão de Graduação do Curso de Ciências Biológicas (COMGRAD-BIO)
Telefone: (51) 3308.7674
email: gradbio@ufrgs.br

Eu,,
declaro que recebi todas as explicações sobre esta pesquisa e concordo em participar da mesma.
Autorizo também a utilização das respostas obtidas na entrevista, que compõem os dados da
pesquisa, sem divulgação de minha identidade nem de outros dados pessoais.

Assinatura do(a) participante

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o CEP UFRGS. CEP UFRGS: Av. Paulo Gama, 110, Sala 311, Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro, Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060. Fone: +55 51 3308 3738 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br Horário de Funcionamento: de segunda a sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00h.

APÊNDICE 3: Roteiro das entrevistas semiestruturadas

- Como é morar no bairro Lami? O que o motiva/desmotiva a permanecer na região?
- Como você enxerga o bairro de uns anos para cá? No seu ponto de vista, ocorreram mudanças? Se sim, o que tem sido positivo e o que não tem sido?
- O que você acha da presença dos bugios no bairro? Quais são os pontos positivos e negativos?
- Já presenciou alguma ação de conservação dos bugios no bairro (ex: troca ou instalação de pontes, acompanhamento dos grupos, acidente, conflito)? Se sim, como foi a experiência com os responsáveis da ação?
- Desde que você mora no bairro, como descreveria a sua relação com a Reserva Biológica do Lami?
- Você já recorreu à Reserva por alguma necessidade do bairro? Se sim, qual foi o motivo e como foi a experiência?
- Você já participou de alguma atividade organizada pela Reserva? Se sim, qual atividade? Essa atividade teve impacto em você e nas suas percepções na região?
- Como você gostaria de ver o bairro Lami daqui a 5 anos? O que você mudaria e o que deixaria como está?

APÊNDICE 4: Modelo de ficha e mapa conceitual para um entrevistado.

Nome do Entrevistado – Data da Entrevista

- Idade
- Escolarização
- Profissão
- Há quanto tempo mora no bairro
- Motivação para residir no bairro
- Se costuma ver os bugios pelos arredores de casa
- Se conhece as pontes de corda do Lami
- Se conhece o Programa Macacos Urbanos
- Se conhece a Reserva Biológica do Lami e se já visitou
- Se já ouviu falar do Plano de Manejo Participativo da Reserva
- Tipo de relação tem com os vizinhos

